

22/08/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Bolsonaro : Vou interferir mesmo](#)

[Aprendizado sem fronteiras](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Após fim de programa federal, gestão Doria promete ampliar ensino integral](#)

[No país do outrossim](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Ex-aluno invade escola e fere 7 a machadadas em Charqueadas.](#)

[Os sem bolsa](#)

O GLOBO - RJ

[MEC indica general da reserva para diretoria responsável pelo Enem](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[Estados e municípios a espera de R\\$ 500 bi](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Univasf é a 1ª a ficar contra o Future-se](#)

MEIO NORTE - PI

[“A escola passou a ser uma família”, diz diretor](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA GLOBO

[Future-se : autonomia ou des-responsabilização?](#)

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA -MG

[UFU cancela evento regional de pesquisa por causa de contingenciamento](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Governo Doria promete ampliar número de escolas em tempo integral](#)

G1

[Não vai ter dinheiro nem para material de laboratório, diz cientista da UFMG sobre possível corte nas bolsas do CNPq](#)

[Mais de 2 mil pesquisadores poderão ficar sem o pagamento de bolsas universitárias no Ceará](#)

PORTAL ISTOÉ

[Governo Doria promete ampliar número de escolas em tempo integral](#)

TERRA

[Universidades têm três anos para adaptação ao novo currículo de Engenharia](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Governo Doria promete ampliar número de escolas em tempo integral](#)

Agências de notícias e sites

JORNAL DA CIÊNCIA

[Confap realiza Fórum Nacional, em São Paulo](#)

JORNAL HOJE CENTRO SUL

[Professor de escolas públicas faz capacitação nos Estados Unidos](#)

PBAGORA

[MPF ordena maior transparência em seleções conduzidas do Capes](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos](#)

TRIBUNA DA BAHIA - BA

[Contingenciamento de verbas atinge em cheio a UFSE](#)

Imprensa Estadual

TRIBUNA DA BAHIA - BA

[Contingenciamento de verbas atinge em cheio a UFSB](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Doze estudantes baianos conquistam medalhas em Olimpíada Nacional de História](#)
[Sem verba, UFSB desliga até ar-condicionado para economizar energia](#)

Agências de notícias e sites

BLOG DO LUÍS NASSIF

[A destruição da ciência brasileira na era Bolsonaro](#)

DOURADOS NEWS

[Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções](#)

MSN

[Brasil apresenta melhora no impacto científico, mas segue abaixo da média](#)

YAHOO! NOTÍCIAS

[Brasil apresenta melhora no impacto científico, mas segue abaixo da média](#)

PORTAL EXAME

[Divisão de recursos com estados e municípios pode distribuir R\\$ 500 bi](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Bolsonaro : Vou interferir mesmo

O presidente Jair Bolsonaro minimizou as recentes mudanças na Polícia Federal e na Receita Federal e enfatizou que tem a prerrogativa de fazê-las. “Eu sou presidente para interferir mesmo. Se for para ser um poste, um banana, estou fora. Há problemas, e estamos aqui para resolver. Como? Trocando gente. O Estado todo está aparelhado, todo, sem exceção”, declarou.

O pronunciamento foi em referência à demissão do então subsecretário-geral da Receita, João Paulo Ramos Fachada, e à saída do então superintendente da PF no Rio de Janeiro, Ricardo Saadi. “Eu indiquei o (Sérgio) Moro (ministro da Justiça). O Moro indicou o diretor-geral (da PF, Maurício Valeixo). E aí, no quarto escalão, tem as superintendências. Onze já foram mudadas no Brasil. Agora, no Rio, vamos pegar (e substituir pelo superintendente) que está em Manaus ou o que está em Recife, sem problema nenhum”, acrescentou.

Entre exemplos do aparelhamento do Estado, Bolsonaro citou a Educação. Disse que convidou o atual ministro da pasta, Abraham Weintraub, como amigo, para resolver “muita coisa errada”. “Ninguém quer acabar com as universidades, quer ter bons ideais e profissionais e não excelentes militantes, como acontece em algumas delas. É um desafio que temos pela frente, não é fácil. É pancada o tempo todo”, criticou.

[topo](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

Aprendizado sem fronteiras

Sete escolas do DF participam e desenvolvem projetos em programa da Unesco em que trocam experiências dentro e fora do país sobre práticas educacionais inovadoras

A educação é um dos principais caminhos para a compreensão de temas importantes — e urgentes — da agenda global. Norteadas por esse compromisso, sete escolas públicas e privadas do Distrito Federal abraçaram a missão de levar adiante os ideais da

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) dentro das programações de ensino. Elas integram uma rede mundial, fundada em 1953, intitulada Programa de Escolas Associadas (PEA). A iniciativa envolve mais de 11,5 mil colégios parceiros espalhados por 182 países.

No Brasil, há 583 instituições de ensino associadas, incluindo escolas quilombolas, indígenas e rurais. O Instituto Federal de Brasília (IFB) Riacho Fundo 1 compõe a lista desde o ano passado. Com nicho educacional focado em turismo, hospitalidade e lazer, o câmpus promove atividades extracurriculares com alunos de cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Professor de história no instituto, Thiago de Faria e Silva associou temas relacionados a Unesco para desenvolver projetos com estudantes. No entanto, a experiência dele no PEA Unesco não é de agora. A escola na qual trabalhava antes, em São Paulo, também integrava o programa. “Quando entrei no IFB, falei com professores sobre a rede e começamos a desenvolver um projeto sobre patrimônios da humanidade e a estudar com estudantes alguns locais tombados pela Unesco e pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A proposta despertou interesse”, conta.

Entre as atividades realizadas, houve visitas a pontos turísticos de Brasília — que recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 1987 — e jantares promovidos durante um trabalho sobre a cultura e a história da alimentação. O próximo passo, segundo Thiago, é ampliar o contato com outras escolas do PEA. “Foi um ótimo projeto integrado para relacionar áreas de turismo e gastronomia com história, línguas, ciência e biologia. Vemos uma mudança de postura do aluno em relação à atitude dele como cidadão”, comenta o professor.

Estudante do 2º ano do ensino médio e do curso técnico em cozinha do IFB Riacho Fundo 1, Geovana Pereira, 16 anos, considerou a experiência desafiadora. “No primeiro semestre, estudamos uma região de túmulos da Coreia do Norte (Complexo de Túmulos Koguryo). Por se tratar de um país muito fechado, foi um pouco complicado. Depois, estudamos sobre a Catedral de Notre-Dame de Paris. Neste ano, aprendemos sobre a gastronomia candanga, que tem a ver com nosso curso de cozinha. Muitas vezes, quando falamos de gastronomia, pensamos só no que existe na Europa, mas há uma riqueza muito grande aqui no Brasil”, avalia.

Colega de Geovana, Raquel Borges, 16, também cursa o ensino médio integrado à formação técnica em cozinha. Ela reconhece que os trabalhos desenvolvidos no âmbito do PEA favorecem uma visão ampla sobre a sociedade. “É importante conhecer mais sobre o mundo que nos cerca e sobre a história do Brasil. Foi muito gratificante trabalhar com o tema da culinária candanga. Inclusive, tenho cozinhado bem mais em casa e estou mais fascinada por comida”, comemora a estudante.

“O programa é uma complementação para fazer as coisas acontecerem. Queremos pessoas participantes, não só quem vá para ganhar a chancela” Myriam Tricate, coordenadora do PEA Unesco no Brasil

Compromisso

Dentro e fora de sala, os educadores das escolas do PEA dedicam-se a pensar em projetos extracurriculares que colaborem com a formação dos estudantes. A iniciativa

permite que o ambiente escolar se torne um “laboratório de ideias”, com abordagens de ensino e aprendizagem baseadas nas prioridades e nos valores da Unesco. Entre eles, está a construção de uma cultura de paz, a promoção da educação para o desenvolvimento sustentável, a aprendizagem intercultural e a formação de gerações conscientes do papel que exercem para a cidadania global.

Diretora da Escola Classe 39 de Taguatinga, uma das associadas, Karine Silva Pereira destaca que o compromisso com o programa exige dedicação. A escola em que ela atua recebe alunos do 1º período da educação infantil até o 5º ano do ensino fundamental. “É preciso um empenho diário. Todos os dias procuramos ter um ambiente agradável, que acolha os estudantes e as famílias, para que possamos trabalhar dentro da proposta. É necessário compromisso, mas temos uma equipe muito dedicada”, elogia Karine.

A cultura da paz e a preservação do meio ambiente são alguns dos principais temas levados para o colégio. Os efeitos dos projetos se refletiram no resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2017. Naquele ano, a escola ficou em 10º lugar entre as instituições de ensino de anos iniciais mais bem colocadas do DF, alcançando nota 7,2. “O que mais mudou foi o fortalecimento das atividades pedagógicas. Frequentemente, fazemos um momento de avaliação e, de modo geral, recebemos respostas positivas dos estudantes”, acrescenta Karine.

Como se associar

O Programa de Escolas Associadas (PEA) da Unesco não se trata de um selo ou reconhecimento por parte da entidade. As instituições de ensino devem apresentar um pré-projeto com as propostas de trabalho para o ano, além de um relatório de atividades após a conclusão delas. Para se associar, é necessário preencher um formulário em português, em um segundo idioma (inglês, espanhol ou francês) e entrar em contato com a rede por meio do e-mail mvt@colegiomagno.com.br. Informações: <https://www.peaunesco.com.br/comoassociar.htm>

Agenda global

Confira os temas escolhidos pela Unesco para as instituições de ensino associadas ao PEA em 2019:

- » Ano internacional das línguas indígenas
- » Ano internacional da moderação
- » Ano internacional da tabela periódica
- » Década internacional dos afrodescendentes (2015-2024)
- » Década internacional para ação: água para o desenvolvimento sustentável (2018-2028)
- » Desenvolvimento sustentável
- » Mudanças climáticas
- » Patrimônio material e imaterial

Educação de qualidade

O Brasil é o segundo país do mundo com o maior número de escolas na lista do Programa de Escolas Associadas (PEA) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), perdendo só para o Japão. O cerne da iniciativa não se distancia da proposta que norteia os trabalhos da maior parte das instituições de ensino: baseia-se no desenvolvimento de uma aprendizagem colaborativa, com integração entre gestores, professores, estudantes e comunidade

escolar.

A coordenação nacional do PEA promove missões pedagógicas internacionais a fim de estimular o intercâmbio de conhecimentos e de construir uma ponte entre a rede brasileira e a do restante do planeta. Em setembro, Ouro Preto (MG) sediará o encontro nacional das escolas participantes. A expectativa é de que as atividades executadas nos colégios associados contribuam, futuramente, com o fortalecimento das capacidades nacionais e garantam uma educação de qualidade para todos, seja ela pública, seja privada.

A rede não tem fins lucrativos nem oferece recursos financeiros ou materiais para as instituições de ensino. Mesmo assim, há centenas de colégios que se candidatam para integrar a iniciativa global. “O programa é uma complementação para fazer as coisas acontecerem. Queremos pessoas participantes, não só quem vá para ganhar a chancela”, ressalta a coordenadora nacional do PEA Unesco no Brasil, Myriam Tricate.

Por meio das propostas de trabalho, os estudantes são instigados a refletir sobre problemas em nível mundial. No Colégio Objetivo de Águas Claras, um dos sete associados no Distrito Federal, assegurar a formação cidadã dos estudantes é uma das metas. Os projetos escolares envolvem, por exemplo, trabalhos sociais, que incluem arrecadação e doação de alimentos, e mudanças de hábitos com foco na conscientização sobre problemas ambientais.

Além do lado pessoal, os efeitos são esperados no campo profissional. “É algo que contribui mais para a formação do caráter da pessoa. Ela acaba convivendo com uma outra realidade e aprendendo sobre ajudar o próximo. É importante que isso seja passado aos alunos para que possam compartilhar com os demais”, comenta Amanda Balbi, 17 anos, estudante do 3º ano do ensino médio.

Para Victor Xavier, 16, aluno do 2º ano do ensino médio, as conquistas impactarão principalmente, as futuras gerações. “É um despertar de consciência. Você começa a enxergar as coisas de outra forma e a questionar um pouco. A noção de cidadania é o mais importante. Educação é muito mais que conseguir aprovação em uma universidade. Os resultados serão visíveis a longo prazo”, acredita o adolescente.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Após fim de programa federal, gestão Doria promete ampliar ensino integral

Adesão deve aumentar em 24% número de alunos na modalidade em SP

São Paulo

Uma semana após o Ministério da Educação anunciar o fim de um programa de ensino em tempo integral, o governo João Doria (PSDB) prometeu nesta quarta-feira (21) ampliar a modalidade em São Paulo.

Segundo o secretário de Educação, Rossieli Soares, a expectativa é aumentar a jornada a partir de 2020 em cerca de 100 colégios, que atendam em média 500 alunos cada um.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/apos-fim-de-programa-federal-gestao-doria-promete-ampliar-tempo-integral.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

No país do outrossim

Redação do Enem é a porta de entrada para a droga pesada do juridiquês

A coluna de hoje traz uma denúncia. Sob nossos narizes distraídos, a nata da juventude brasileira tem mergulhado de cabeça numa droga que deixava Graciliano Ramos (1892-1953) cheio de angústia.

Ainda bem que o grande estilista da língua —um alagoano ranzinza que ajudou a tornar nossa escrita mais afiada e limpa, menos empolada e tola— foi poupado do triste espetáculo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/sergio-rodrigues/2019/08/no-pais-do-outrossim.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Ex-aluno invade escola e fere 7 a machadadas em Charqueadas.

Ele fugiu e depois foi entregue pelo pai; professor conseguiu tomar arma do jovem

CHARQUEADAS (RS) ESPECIAL PARA O ESTADO

Um adolescente de 17 anos atacou com golpes de machadinha seis alunos e uma professora do Instituto Estadual Educacional Assis Chateaubriand, em Charqueadas, a 60 quilômetros de Porto Alegre, na tarde de ontem. A ação só não foi mais grave porque um professor conseguiu tomar a machadinha do jovem. Nenhuma vítima sofreu ferimentos graves e o agressor foi apreendido.

O jovem, estudante da instituição até 2015, diariamente levava a irmã mais nova para a escola. E foi nessa rotina diária que ele aproveitou para monitorar o dia a dia do colégio e o deslocamento dos alunos e professores. Após estudar minuciosamente o ataque que terminou com dez mortes em Suzano (SP), em março, o jovem colocou na mochila um litro de gasolina, um coquetel molotov, uma machadinha e uma corda.

A intenção do jovem, conforme o delegado Marco Schalmes, era de atear fogo à escola, matar um jovem que seria sua desavença desde 2015 e, depois, cometer suicídio. Entretanto, os planos não ocorreram exatamente como o planejado. Após ter jogado o coquetel molotov em uma das salas da instituição, causando um princípio de incêndio, e iniciar os ataques, o professor Juliano Montovani conseguiu impedi-lo.

Montovani, que tinha saído com os alunos para atividades de Educação Física, disse ter se assustado com o estrondo que causou a explosão do coquetel. Para ele, o barulho lembrava o de um incêndio, e sua primeira reação foi proteger os alunos para que ninguém ficasse ferido.

“Vi ele (o adolescente) com um machado na mão. E ele me enxergou e começou a atingir os alunos. Minha primeira reação foi arrancar da mão dele o machadinho, e foi quando ele caiu no chão. Tentei segurá-lo, mas os alunos gritavam: ‘professor, tem gente sangrando’. Quando ouvi isso, só pensei em salvar as crianças e minha motivação foram minhas filhas”, conta Montovani, pai de duas meninas, de 3 e 6 anos. “Ele não tinha raiva no olhar, nem gritava nada. Ficou calado o tempo todo”, afirma.

Quando Montovani tirou dele a arma, o rapaz ficou agitado – tropeçou, caiu e ficou com o rosto descoberto. “Conseguí entrar em confronto com ele, acertei um soco no rosto, mas mesmo assim ele fugiu.”

Fuga. Ao escapar pulando o muro da instituição, o jovem correu por algumas ruas da cidade e seguiu para a casa do pai, que é separado da mãe, trocou de roupa e confessou o que havia feito. O homem, então, ligou para a Brigada Militar e entregou o filho. Na delegacia, o adolescente

confessou o ataque e disse não ter encontrado o desafeto no local. A promotora da Infância e da Juventude de Charqueadas, Daniela Fistarol, pediu a internação provisória do adolescente. O Ministério Público Estadual informou à noite que o pedido foi deferido.

Ao todo, foram seis adolescentes atingidos. Dois meninos e uma menina de 14 anos, uma menina de 13 e duas meninas de 12 anos do 7.º ano. Os meninos foram atingidos na escápula, abdome e região dorsal e as meninas se machucaram por causa da fuga. Levados ao Hospital de Charqueadas, foram liberados.

Em inspeção na escola, foi localizada a mochila que o adolescente deixou caída na fuga. Nela, a polícia encontrou três garrafas de vidro vazias, uma garrafa plástica com combustível e um isqueiro, além da corda, que seria usada para o suicídio.

O colégio, que tem 700 alunos em ensino fundamental, médio e técnico, disse, em nota, estar “chocado” com o caso. “Certamente faremos o possível para auxiliar alunos, professores e funcionários na superação desse fato traumático, e também para reforçarmos a segurança.”

O vice-governador, que acumula o cargo de secretário estadual de Segurança, Ranolfo Vieira Junior (PTB), chegou à cidade por volta das 15h30 para dar suporte às forças de segurança. Já o governador Eduardo Leite (PSDB) interrompeu viagem ao Uruguai. “Apoio aos alunos e suas famílias e comunidade”, disse no Twitter.

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY

Os sem bolsa

A falta de dinheiro para pagar bolsas do CNPq pode afetar os ganhadores da Olimpíada Brasileira de Matemática do ano passado que estudaram em escolas públicas.

Esses bolsistas juniores recebem R\$ 100 cada, e os 650 participantes do programa de iniciação científica, R\$ 400.

Claudio Landim, do Instituto de Matemática Pura e Aplicada do MCT, adverte: a bolsa é que viabiliza os estudos de alunos de pequenas cidades e zonas rurais.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

MEC indica general da reserva para diretoria responsável pelo Enem

Com experiência em defesa cibernética e segurança de dados, Carlos Roberto Pinto de Souza será o quarto indicado para a Diretoria de Avaliações da Educação Básica, vaga desde maio

BRASÍLIA- O Ministério da Educação (MEC) vai nomear o general da reserva Carlos Roberto Pinto de Souza para a coordenação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Ele será o quarto indicado pelo governo Bolsonaro, em oito meses de gestão, para assumir a diretoria que cuida de avaliações da educação básica dentro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vaga desde maio. Entre as ações executadas pelo departamento está o Enem.

Souza não tem experiência na área de avaliações educacionais, segundo o currículo que mantém na plataforma Lattes. Ele fez doutorado em Altos Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército brasileiro, com um trabalho intitulado "A inteligência e a guerra eletrônica no contexto da guerra da informação". Tem também mestrado em Estratégia pelo Exército dos Estados Unidos.

O próximo titular da Diretoria de Avaliações da Educação Básica (Daeb) do Inep é atualmente assessor do Exército junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) na Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico. Souza foi chefe do Centro de Defesa Cibernética, vinculado ao Ministério da Defesa, quando coordenou a área pela pasta durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Brasil, em 2016. Comandou ainda o Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército.

A escolha do militar para a Daeb, uma das mais importantes diretorias do Inep, foi confirmada ao GLOBO pelo MEC. A nomeação deve sair nos próximos dias, segundo a pasta. Procedimentos burocráticos estão em fase final de tramitação.

Internamente, apesar de não ter experiência direta com avaliações educacionais de larga escala, o nome do militar é visto como um quadro que pode ajudar no projeto do Enem Digital, com sua experiência em defesa cibernética e segurança de dados e sistemas. O governo anunciou que quer aplicar o exame totalmente eletrônico até 2026. Pesaram também na escolha, segundo interlocutores, especializações em gerenciamento de projetos e gestão de políticas em inovação que o general tem em seu currículo.

A área técnica do Inep considera que o Enem está encaminhado. A maior preocupação, hoje, é com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que prevê provas para mensurar a qualidade da etapa escolar. A escolha da empresa que aplicará o exame está nos trâmites finais. Na edição passada, em 2017, essa fase foi concluída em maio. O atraso no cronograma traz receios entre os servidores de que o Saeb não seja integralmente executado neste ano.

O primeiro indicado para a diretoria pela gestão Bolsonaro foi o economista Murilo Resende Ferreira, ligado ao movimento Escola sem Partido e seguidor do ideólogo de direita Olavo de Carvalho. Conforme revelou o GLOBO, Ferreira já chamou professores de desqualificados e manipuladores. A repercussão negativa das declarações levou o governo a procurar outro perfil. Antes de ser nomeado, Resende, de apenas 36 anos, participou de reuniões e circulou pelo Inep, mas ficou oficialmente no cargo por apenas dois dias.

O segundo diretor da Daeb foi o economista Paulo César Teixeira, que ficou pouco mais de um mês na função. Ele deixou o posto por solidariedade ao então chefe, Marcus Vinicius Rodrigues, demitido da presidência do Inep pelo ministro à época Ricardo Vélez Rodríguez.

Depois, a Daeb foi ocupada por Francisco Garonce, que era coordenador-geral de Educação para o trânsito do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Ele, no entanto, foi demitido após quebrar o protocolo de segurança do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), voltado a quem quer obter certificado de ensino fundamental e médio.

TROCA-TROCA

Conforme o GLOBO revelou, Garonce entrou na sala segura do Inep, onde ficam os itens das provas e outros dados sigilosos, para buscar a senha necessária para abrir o Cd da prova, que havia sido levado por um servidor à gráfica, em São Paulo, responsável pela impressão do exame. Esse código deveria ter sido memorizado por um outro funcionário do Inep, que também vai ao local, em voo distinto do primeiro servidor.

Em total desrespeito ao protocolo de segurança, Garonce foi mais de uma vez à sala segura e anotou a senha no braço, repassando-a por telefone à subordinada. Em casos assim, o correto seria recomeçar todo o processo a partir de Brasília.

Garonce foi exonerado. O Encceja chegou a ficar ameaçado, segundo o próprio governo, que ao anunciar o problema na segurança da prova afirmou não poder garantir que haveria aplicação em 2019. A data, porém, foi mantida, e o exame está marcado para o próximo domingo.

A própria presidência do Inep já foi ocupada por três pessoas indicadas pelo atual governo. Após Marcus Vinicius, assumiu o delegado da Polícia Federal Elmer Vicenzi, que também foi exonerado. Hoje, o presidente é Alexandre Lopes, que é servidor público federal de carreira na área de comércio exterior. Vicenzi e Lopes já foram escolhas do atual ministro da Educação, Abraham Weintraub, que, por sua vez, assumiu a pasta no lugar de Vélz Rodríguez.

topo 

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - BRASIL

Estados e municípios a espera de R\$ 500 bi

Pacto pode transferir até R\$ 500 bilhões em 15 anos a estados e municípios, estima governo

Em reunião com senadores, o Ministério da Economia estimou que medidas serem adotadas na proposta de um novo Pacto Federativo podem transferir até R\$ 500 bilhões em 15 anos a estados e municípios.

Para aprovar a reforma da Previdência no Senado, o governo negocia um pacote de ações em favor das contas públicas estaduais e municipais.

Na última terça-feira (20), o ministro Paulo Guedes (Economia) foi ao Congresso se reunir com líderes partidários do Senado.

No encontro, ele fez uma apresentação da nova proposta de Pacto Federativo, que é composta por cinco ações.

São elas: distribuição dos recursos do leilão do excedente da chamada cessão onerosa do pré-sal, Fundo Social (composto por recursos de exploração de petróleo e hoje de

uso exclusivo da União), desvinculação do Orçamento, mudanças no Fundeb (Fundo de Educação Básica) e Fundos Constitucionais, além do plano de socorro a estados (Plano de Equilíbrio Fiscal - PEF), que já foi anunciado pela equipe econômica.

Com isso, Guedes espera cumprir uma promessa de campanha e descentralizar as receitas - elevando os repasses da União a estados e municípios.

Na apresentação, Guedes ressaltou que, para receber as transferências, os entes da federação terão que cumprir algumas condições ligadas a despesas públicas. O documento, contudo, não especifica quais seriam os requisitos.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), confirmou, ao fim da reunião, que o governo apresentou uma nova proposta de Pacto Federativo e, com isso, há expectativa de a Casa analisar quatro ou cinco PECs (Propostas de Emenda à Constituição) para viabilizar o acordo.

Assim, o Palácio do Planalto espera que os projetos que integram o Pacto e a reforma da Previdência possam ser votadas até a primeira semana de outubro no Senado.

O Pacto, na visão do governo, tem dois grandes eixos. A flexibilização das despesas a partir da desvinculação do Orçamento é um deles. Isso significaria dar ao Legislativo o protagonismo na decisão de gastos.

"O governo vai sugerir a desvinculação, a desobrigação e a desindexação; são três coisas que o governo vai querer na flexibilização dos Orçamentos públicos, seja ele municipal, estadual ou federal", disse o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Para tentar evitar resistência de senadores, a equipe econômica tentará preservar a vinculação de despesas com saúde e educação.

O segundo eixo é a descentralização das receitas, que busca expandir os repasses a estados e municípios.

Para isso, precisa ser aprovado o plano de socorro a estados. O texto está para análise da Câmara, que também teria que destravar projetos de regularização da securitização de créditos dos estados.

A origem dos recursos é do bônus de assinatura da cessão onerosa, do Fundo Social e compensações da Lei Kandir - pelas perdas na arrecadação tributária decorrente da desoneração de exportações.

Em troca, o governo quer que os estados abram mão de processos na justiça contra a União. "Isso também é uma das contrapartidas desse processo de transferências de receitas", disse Coelho.

A equipe econômica negocia ainda a alongar do prazo de pagamento de precatórios de 2024 para 2028.

Mas há uma condição: o Congresso terá que derrubar a medida que obriga o governo a

criar uma linha de financiamento para facilitar que estados e municípios paguem esses precatórios.

Também está em debate o fim da lei Kandir, o que abriria a possibilidade de que estados possam cobrar impostos sobre produtos exportados. Há críticas a essa proposta, pois reduziria a competitividade de produtos brasileiros no mercado internacional.

O governo ainda vai estudar o assunto, que deve ser concluído na segunda (26), quando devem ser apresentados ao Congresso todos os projetos do Pacto.

O projeto que deve tramitar com mais celeridade é o da cessão onerosa. O relator da proposta, senador Cid Gomes (PDT-CE), deve apresentar seu parecer nesta quarta-feira (21). A votação está prevista para terça-feira (27).

O texto deve estabelecer a distribuição de 15% dos recursos par estados e igual percentual para municípios, com distribuição que seguirá os critérios dos fundos de participação. O texto ainda terá que voltar para a Câmara.

De acordo com o Ministério da Economia, a União passará para a Petrobras R\$ 33,6 bilhões dos R\$ 106,6 bilhões do bônus de assinatura. A União vai transferir 15% dos R\$ 73 bilhões para estados e 15% para municípios, o que dá R\$ 10,9 bilhões para cada ente.

"A partir de 2020, teremos recursos da exploração do petróleo que hoje são devidos somente à União. Estamos falando de royalties e participação especial. Serão partilhados com os estados em progressão. Iniciando com 30% e caminhando, ao longo de 8 anos, para 70%. Até 2030, são cinco pontos percentuais por ano", explicou o secretário da Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, referindo-se ao fundo social.

O governo tenta construir um ambiente de tranquilidade para a tramitação da reforma. Tudo para manter a PEC nos termos em que veio da Câmara. Qualquer mudança feita no Senado exigiria que o texto volte para a Câmara, o que deixaria em aberto o destino da reforma.

Para que isso não ocorra, pode se fazer alterações na CCJ, mas, em plenário, o texto será fatiado e irá para promulgação apenas o que ficar mantido da proposta da Câmara. As inovações, como uma eventual inclusão de servidores estaduais e municipais na reforma, integrarão o que se convencionou chamar de PEC paralela.

topo 

J. DO COMMERCIO - PE - CIDADES

Univasf é a 1ª a ficar contra o Future-se

UNIVERSIDADE Nenhuma das federais em Pernambuco havia se posicionado sobre programa do MEC que prevê captação de verba pelas unidades

A Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), no Sertão, foi a primeira universidade pernambucana a posicionar-se contra o Future-se, programa do Ministério da Educação que visa maior autonomia financeira das instituições federais de ensino por meio de captação de recursos. A Univasf alega que o programa não cita, nos termos da minuta do Projeto de Lei, garantia de um piso de financiamento para as universidades e ainda representaria ameaça à autonomia das instituições.

A rejeição aos termos do programa partiu do Conselho Universitário (Conuni), que

aprovou a Carta de Recusa à minuta no dia 9. De acordo com o vice-reitor da Universidade, Telio Nobre, o Future-se compromete a autonomia financeira e educacional das instituições. “As definições e as consequências muitas vezes não estão claras. O que entende-se é que as universidades abririam mão do direcionamento das atividades para deixar a cargo das entidades privadas. Para nós, cabe a cada instituição definir seu modelo de governança, não ao MEC. Se aceitasse, a Univasf entraria com seu patrimônio, seu corpo de pesquisadores, estrutura de servidores e tudo o que a integra para captar recursos externos que nem sabemos como seriam geridos porque dependeriam de ente externo que teria seus próprios interesses”, explica o gestor. Outro ponto levantado são as responsabilidades do governo com o financiamento das instituições.

O Future-se prevê autonomia administrativa, financeira e de gestão das universidades a partir de parcerias com organizações sociais (OS) de caráter privado que tenham atividades voltadas ao ensino, desenvolvimento tecnológico, cultura e pesquisa científica. As instituições poderão ter acesso a cerca de R\$ 100 bilhões, que virão “do patrimônio da União, de fundos constitucionais, de leis de incentivos fiscais e depósitos à vista, de recursos da cultura e de fundos patrimoniais”, segundo o MEC, e que seriam geridos pelas OS.

O programa, na visão do professor da UFPE Paulo Rubem Santiago, pode diminuir as chances de a população de classes sociais mais baixas cursar o ensino superior. “A universidade que nós temos, com seu fortalecimento na pesquisa e autonomia, é a única forma de todo brasileiro que não foi para a universidade conseguir ver seu filho, seu neto, seu bisneto, chegando ao ensino superior. Se a realidade for a do Future-se, com domínio das organizações sociais e esse formato de contrato de gestão terceirizada e financiamento privado, as chances serão mais restritas porque a universidade pública não vai mais existir”, registra. “Não é fácil conseguir financiamento para tudo”, acrescenta. Estas questões serão tema de discussão, hoje, no Centro de Artes e Comunicação (CAC), na UFPE, a partir das 17h.

SEM POSIÇÃO

UFPE e UFRPE ainda não se posicionaram sobre o Future-se. Já o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), em nota, demonstrou preocupação com os termos do programa, principalmente no que diz respeito à situação econômica atual das universidades, que ameaçam paralisar o funcionamento por falta de dinheiro após o bloqueio de 30% das verbas por parte do governo federal. O programa está com consulta pública aberta até o dia 29. Depois de recolhidas e analisadas as sugestões, o projeto será encaminhado para votação no Congresso Nacional. Segundo levantamento do MEC, a consulta ultrapassou 55 mil cadastros.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - THERESINA

“A escola passou a ser uma família”, diz diretor

A Unidade Escolar Presidente Castelo Branco, em Piracuruca, tem grande parte de seus docentes ex-alunos e tem ajudado a melhorar o ensino na escola. O resultado é o salto no Ideb, da última colocação para a 7ª entre as escolas públicas do Estado

A Unidade Escolar Presidente Castelo Branco, no centro de Piracuruca (208 km de Teresina), descobriu, na presença de seus ex-alunos, que poderia dar um salto significativo na qualidade do ensino. Dirigida, coordenada e com a maioria dos

professores sendo ex-alunos da escola, o zelo e dedicação que eles têm por ela traduziu-se em indicadores de avaliação de qualidade do Ensino Médio, passando do último lugar para o atual sétimo lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Piauí. Outra boa notícia que mostra como o empenho dos ex-alunos, agora professores, coordenadora e diretor, está ajudando a nova geração de estudantes, são as 13 aprovações no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019.

A escola de tempo integral tem 213 alunos nos três anos do Ensino Médio e é um prédio imponente que fica no centro de Piracuruca, tombado como Patrimônio Histórico. Professora há 25 anos, 20 anos dedicados à Unidade Escolar Presidente Castelo Branco, a coordenadora da escola, Gardênia de Aguiar Martins, foi aluna do colégio nos quatro anos do Ensino Fundamental maior, depois foi fazer o Curso Pedagógico e se formou em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (Uespi) e fez especialização no Instituto Federal do Piauí (IFPI). Filha de uma icônica professora que formou gerações de Piracuruca na mesma Unidade Escolar (Maria Núbia Parentes Fortes Martins de Aguiar, de 76 anos, agora aposentada), Gardênia de Aguiar Martins disse que sua experiência de voltar para a escola como coordenadora e professora de Artes e Sociologia, é maravilhosa. “A maior vontade que eu tinha era de retornar à escola como professora, porque me sinto muito feliz de ter estudado aqui, encontrado os meus ex professores e hoje eu estar no lugar deles. Além disso, aqui tem vários professores que foram meus ex-alunos.

Como eu já tenho 25 anos de serviço, já deu para isso acontecer”, afirmou Gardênia Martins, que tem como colegas de trabalho suas ex-alunas, Darlene Araújo, de Português, e Isabela Jardênia, de Biologia. “Como alunas, eram inteligentes e comportadas”, recorda Gardênia Martins, que tem três irmãs que trabalharam como professoras ou diretora. Verbena de Aguiar Martins é professora de História e foi diretora da escola; Açucena Fortes de Aguiar foi professora do Ensino Infantil e Ensino Fundamental Menor e Glicínia Martins Magalhães é professora de Português. “Minha mãe foi professora de Português do Presidente Castelo Branco a vida toda e nos influenciou pelo dia a dia dela em casa, como ela fazia seus trabalhos sem deixar de ser mãe também.

Ela trabalhava três turnos e não deixa de dar atenção para nós, suas filhas. Isso me marcou muito e pelo carinho que ela tinha pelos alunos. Ela tinha um carinho muito grande pela gente, tanto assim que a gente sentia um pouco de ciúme e todos os alunos gostavam muito dela. A maneira como ela trabalhava foi um marco na vida da gente para também querer ser professora. Ela tinha um amor que a gente tinha vontade de sentir aquilo para tratar os alunos daquela forma. Ela sentia um prazer tão grande quando encontrava um aluno, que já tinha crescido e tinha sido bem-sucedido. Era uma alegria tão grande que ela sentia, que a gente percebia que era realmente genuíno. Isso nos motivou a seguir o mesmo caminho”, falou Gardênia Martins.

Formado em Engenharia Agrônômica e Matemática, Gilvan Fontenele, de 49 anos, é professor há 30 anos e diretor da Unidade Escolar Presidente Castelo Branco, há cinco anos. Ele acredita que a escola saiu do último lugar para o sétimo lugar no Ideb no Piauí por causa da atual modalidade de ensino, o de tempo integral, que muda a realidade das escolas. “O aluno passa mais tempo na escola, todos os professores têm dedicação exclusiva. Não temos professoras que saem daqui para dar aulas em outro lugar. Eles entram com os alunos e saem com os alunos. O aluno passa dez horas na escola. Esse é

o diferencial.

A escola, de fato, passou a ser uma família”, define Gilvan Fontenele. Ele explica que toda a equipe da escola conhece cada aluno. “Os professores têm maior contato com eles, e os alunos têm maior contato com os professores”, complementa. Gilvan Fontenele estudou até 1985 na Unidade Escolar Presidente Castelo Branco, em seguida, foi estudar em Teresina, fez os dois cursos pela Uespi. “Fiz duas faculdades pela Uespi e retornei como professor. Sou formado em Matemática e engenheiro agrônomo.

Eu fiz o curso de Técnicas Agrícolas na época do Ensino Médio e a Engenharia Agrônômica foi só para dar continuidade, mas minha paixão sempre foi Matemática”, falou Gilvan Fontenele. Para ele, quando se fala na escola Castelo Branco, a população de Piracuruca tem outra visão. “Na cidade, o aluno da Castelo Branco é visto de forma diferente. No ano passado, dez de nossos alunos foram aprovados para as universidades e, no ano anterior, 15”, contabiliza Gilvan Fontenele, que tem em sua sala pequenos cactos com uma pequena placa dizendo: “Somos iguais aos cactos para florescer, só precisamos de luz”. (E.R.)

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Future-se : autonomia ou des-responsabilização?

-autonomia financeira e administrativa ou des-responsabilização em relação ao financiamento

O governo Bolsonaro tem uma maneira estranha de se relacionar com as políticas públicas. Não por acaso quem foi capaz de melhor expressá-la foi um humorista carioca ao afirmar que o melhor critério para saber a área de especialidade de um ministro seria investigar o quanto ele odeia as diferentes de políticas públicas. Temos ministros que odeiam o meio ambiente, as políticas sociais, o mundo do trabalho, etc. Em geral eles se tornam executivos da área que mais odeiam. No caso do Ministro Abraham Weintraub, ele vem de uma trajetória de pouco desempenho acadêmico e muito conflito com sua instituição de origem, a UNIFESP. Talvez este seja o motivo pelo qual ele adotou ao longo dos últimos 90 dias duas estratégias: um corte radical e não negociado de recursos para as universidades que sinaliza pouca familiaridade com políticas públicas, uma vez que cortes lineares não são comuns nestes casos e há uma extensa literatura mostrando isso.; em segundo lugar, ele propôs o programa Future-se, um programa que envolve um projeto de lei alterando 17 leis que balizam a educação superior e estabelecendo ainda no artigo segundo, uma condição de entrada para o programa, a adesão à forma OS definida da forma mais vaga possível no projeto de lei. Neste artigo, adotarei uma estratégia inversa à do ministro. Primeiro irei analisar o sistema de ensino superior sob o ponto de vista dos seus feitos e em segundo lugar irei discutir o que pode ser feito para aumentar a sua eficiência e melhorar a sua gestão.

As universidades federais brasileiras e o sistema de ensino, pesquisa e pós-graduação a ela vinculados podem ser considerados um sucesso em termos de construção de um sistema de ensino superior em um país que foi dos últimos da América Latina a criar universidades e dos últimos a constituir um sistema de pesquisa e pós-graduação. A universidade brasileira, tal como a conhecemos hoje, foi constituída em duas etapas, uma primeira nos anos 30 na qual foram criadas a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal que buscaram trazer para o Brasil uma concepção mais ampla de universidade constituída na interseção entre as ciências humanas e as ciências naturais e preocupada com a realidade brasileira. Nos anos 60, constitui-se o sistema

departamental e o desenvolvimento da pós-graduação dando formato às universidades públicas tal como as conhecemos hoje, isto é, como instituições de ensino e pesquisa com atuação em todas as áreas do conhecimento. A forte expansão do sistema de financiamento da pós-graduação através da **Capes**, do Cnpq e da Finep complementaram este sistema criando no Brasil um sistema de avaliação de metas, como a formação de alunos e publicação de papers científicos, muito antes do que alguns países europeus. Este projeto certamente não foi fracassado se pensamos nas medidas comuns para avaliar universidades pelo mundo, os rankings científicos. Sete universidades brasileiras estão entre as dez mais bem colocadas nos rankings internacionais para universidades latino-americanas como o recentemente publicado Times Higher Education. Diversas universidades brasileiras melhoraram seus lugares nestes rankings na última década. Associado a este fato, a ciência brasileira melhorou e muito sua inserção internacional e o velho problema das citações de artigos produzidos pela ciência brasileira começou a ser resolvido (vide relatório da consultoria Clarivate de 2012). Isso não quer dizer que não existam diversos aspectos que devem ser aprimorados ou tornados mais eficientes no sistema de ensino superior no país. Este deveria ser o enfoque do programa Future-se ao invés de tentar se constituir em uma tábula rasa das universidades públicas brasileiras. Aliás diversos sistemas universitários muito bem consolidados, como do Japão ou da Austrália por exemplo também passaram ou estão passando por mudanças de forma incremental.

Desde a década passada a OECD tem sistematizado mudanças na estrutura de governança das universidades públicas ou estatais que constituem a maioria das universidades no mundo. Até mesmo nos Estados Unidos temos enormes sistemas de educação públicas em estados como a Califórnia, Nova York e Massachusetts que juntos tem mais de 1 milhão de alunos. Estas mudanças, algumas delas também propostas pelo programa Future-se, podem ser resumidas a três itens: o sistema de governança, um novo sistema de financiamento e fortes mudanças na forma de autonomia (vide OECD, 2003:61). Segundo o documento da OECD as mudanças na forma de governança implicam na produção de “... um marco legislativo, as características da instituição... e como o dinheiro é alocado nas instituições [universitárias]...”. O problema do Future-se começa exatamente por se eximir de resolver de forma adequada estes dois pontos, o do financiamento e o da governança. Em relação ao problema do financiamento, o Future-se propõe um fundo constituído por imóveis da união e das universidades além de “prestação de serviços, comercialização de marcas, alienação de bens, alugueis, direitos de propriedade intelectual, cobrança de matrículas em cursos latu-sensu de pós-graduação, doações, ganhos de capital, recursos obtidos mediante leis de incentivo fiscal, doação da rentabilidade das cotas do ME” (artigos 22 e 23 do projeto). Aqui reside o primeiro problema em relação ao Future-se tal com o observado por diversos documentos, entre os quais cabe ressaltar, o documento do Comissão Especial nomeada pelo presidente da Câmara dos Deputados, o documento do Observatório do Conhecimento e artigo recente de Renato Dagnino e Wagner Romão publicado na Carta de Campinas. Todos eles batem na mesma tecla, a saber, algumas ideias lançadas pelo Future-se podem ser boas, mas a experiência existente em relação às mudanças propostas como, por exemplo, o aporte financeiro de empresas às universidades não tem o poder de mudar o padrão de financiamento destas universidades. No caso da UNICAMP, a universidade que possui o maior aporte financeiro por empresas no país, ele alcança 1,5% do orçamento. Nos Estados Unidos a média de captação de recursos de empresas é de apenas 1%. O mesmo pode-se afirmar em relação aos fundos patrimoniais. Eles são uma boa ideia, mas nenhuma universidade

no mundo se sustenta a partir deles. Isso sem levar em conta que não há no Future-se um detalhamento mínimo quanto ao seu funcionamento.

A segunda questão que o Future-se coloca é a questão das Organizações Sociais ou OSs. A introdução de formas de direito privado não lucrativas na administração pública foi obra do assim chamado New Public Management e no Brasil gerou a lei das OSs criadas no Brasil através da lei 9.637/98 que no âmbito do processo de reforma do estado instituiu um tipo de associação privada, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, que recebe subvenção do Estado para prestar serviços de relevante interesse público. As áreas de saúde e de educação são constitucionalmente definidas como não sendo de atuação exclusiva do estado. A expressão "organização social" designa um título de qualificação que se outorga a uma entidade de direito privado, para que ela esteja apta a receber determinados benefícios do poder público. A lei 9.637 que criou as OSs foi objeto da ação direta de inconstitucionalidade número 1923 movida pelo PT e pelo PDT que foi relatada pelo ministro Luis Fux e qualificada por um parecer adicional do ex-ministro do STF Ayres Brito. O pano de fundo que motivou o debate constitucional sobre o assunto é importante. Ele foi motivado por duas questões: em primeiro lugar, a pergunta acerca do requerimento constitucional de que o estado execute integralmente as ações na área de saúde e educação e, em segundo lugar, se é possível que entidades jurídicas privadas sem fim lucrativo executem atividades de interesse público. A decisão do STF apontou nas duas direções ao afirmar que "... a Constituição não exige que o Poder Público atue, nesses campos, exclusivamente de forma direta. Pelo contrário, o texto constitucional é expresso em afirmar que será válida a atuação indireta, através do fomento, como o faz com setores particularmente sensíveis como saúde ... e educação." Algumas instituições de ensino superior no Brasil já funcionam pelo sistema de OS. É o caso do IMPA que mostra que há uma compatibilidade entre a forma OS e a eficiência e a democracia no interior da instituição. Os objetivos do IMPA são completamente acadêmicos, (vide estatuto em www.impa.br) e a instância máxima do IMPA é assembleia de professores. A maior parte dos problemas burocráticos gerados pelo mecanismo da administração direta inexistem neste caso.

Fica então a pergunta: a proposta do Future-se em relação a OSs é adequada? Minha resposta é negativa devido a forma como o artigo 2 do projeto de lei do Future-se está redigido. Diz o artigo "...ao aderir ao FUTURE-SE, as IFES se comprometem a: I – utilizar a organização social contratada para o suporte à execução de atividades relacionadas aos eixos previstos no §1º do art. 1º, desenvolvidas nos institutos e nas universidades federais.". Assim, o Future-se tem uma arquitetura de dois pontos ambos bastante contraditórios com as boas práticas administrativas: o primeiro deles é a ideia de uma adesão em bloco cuja condição é aderir ao esquema OS. No entanto, essa condição que parece draconiana não aparece associada a uma proposta clara do que deve ser OS ou ao menos à ideia de que as universidades federais poderão cada uma delas criar OSs sob o controle dos seus Conselhos Universitários. Pelo contrário, os artigos 7, 8, 9 e 14 não deixam clara a questão fundamental: qual será a relação entre as OSs e as universidades federais? A proposta do MEC é extinguir o atual ordenamento jurídico das universidades federais enquanto autarquias? Ou é associar as autarquias à forma OS e criar um novo estatuto legal misto entre o direito público e o direito privado? Não temos nenhuma indicação acerca do papel das OSs no Future-se apesar de que elas constituírem condição para a adesão.

Os erros fundamentais de concepção do Future-se estão todos ligados à profunda desvalorização do sistema de ensino superior e pós-graduação existente no país pela atual gestão do MEC. Este sistema passa por uma crise de financiamento que está mais ligada à própria crise do estado brasileiro do que à performance do ensino superior e da pós-graduação no país. É evidente que as universidades devem estar abertas a propostas que aumentem a sua eficiência e tornem o ensino superior no país ainda mais bem colocado em rankings internacionais de desempenho. A necessidade de aprimoramento do desempenho está ligada, em primeiro lugar, a um equacionamento do financiamento estatal para o ensino superior, a ciência e tecnologia. No entanto, as propostas que aparecem no Future-se são, na melhor das hipóteses, marginais no que diz respeito ao financiamento das universidades. Por exemplo, no caso de uma maior relação maior com as empresas, a universidade que mais tem relações com empresas no Brasil - a Unicamp - não consegue gerar mais que 1,5% do seu orçamento com estas relações. No caso, de atividades de prestação de serviços gerando custeio, universidades como a Unb conseguem financiar em torno de 30% das suas despesas, mas a legislação atual impede que este financiamento do custeio seja maior e mais ágil.

Assim, o Future-se tem erros fundamentais de concepção e o melhor seria o MEC desistir da proposta tal como ele foi apresentado, em favor de diversos projetos de melhoria da eficiência e da gestão das universidades federais. No entanto, não é possível partir para uma discussão sobre eficiência sem pautar antes a questão do financiamento de forma responsável, o que o MEC não fez até agora. Apresentar às universidades federais uma proposta realista de financiamento público torna-se o elemento fundamental da discussão neste momento. Só assim a proposta de OSs e de Fundos Patrimoniais pode eventualmente fazer sentido, desde que recortadas de um projeto maior e especificadas no seu conteúdo. Mas, que não parem dúvidas, o funcionamento do sistema de ensino superior no Brasil terá que vir do setor público por um longo período da mesma maneira como tal financiamento se dá na Europa e nos Estados Unidos. O seu equacionamento é a principal questão do momento e apenas depois de resolvê-lo é que as formas de governança das universidades e dos institutos federais poderão ser aprimoradas.

Clarivate. 2012. Research in Brazil. In:

<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>

Dagnino, Renato e Romão, Wagner, Silva, Rogério. Programa Future-se desconhece a própria realidade das universidades.

Observatório do Conhecimento. Mimetismo não é inovação: anotações sobre o programa do Ministério da Educação para as universidades e institutos federais.

OECD. 2003. Changing patterns of governance in higher Education. In

<https://www.oecd.org/education/skills-beyond-school/35747684.pdf>

topo ↕

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA -MG - TEMPO REAL

UFU cancela evento regional de pesquisa por causa de contingenciamento

Encontro foi suspenso devido à falta de apoio financeiro; transporte intercampi também sofre mudanças

Devido ao contingenciamento na educação por parte do governo Federal, alguns serviços e atividades da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) já começaram a ser interrompidos. Na tarde desta quarta-feira (21), a instituição anunciou o cancelamento da reunião regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) por falta de recursos.

De acordo com o documento assinado pelo diretor de pesquisa da UFU, Kleber Del Claro, o evento estava pré-agendado para acontecer entre os dias 14 e 16 de outubro. Todos os preparativos já estavam em andamento, mas não havia garantia de condições mínimas para a realização do encontro.

A reunião da SBPC contaria com palestras, apresentações de trabalhos e atividades de divulgação científica de todas as áreas do conhecimento. A entrega do Prêmio Inovação UFU 4.0, que estava marcada para acontecer durante o evento, está mantida para o dia 14 de outubro. Mais informações sobre a cerimônia de premiação serão divulgadas em breve.

O diretor explicou que não há nenhuma garantia de apoio ao projeto por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas (Fapemig). Devido a esses impasses, a UFU e a SBPC decidiram não realizar o evento.

No documento, Kleber ainda agradeceu o apoio da reitoria da universidade e também de outros setores que trabalharam para que a decisão fosse evitada.

Reunião da SBPC contaria com palestras, apresentações de trabalhos e atividades de divulgação científica | Foto: Alexandre Costa/Divulgação

INTERCAMPI

O serviço de transporte intercampi e intermunicipal também sofreu alteração devido ao bloqueio orçamentário. A medida começará a valer a partir do dia 26 de agosto por tempo indeterminado com mudança de horários e quantitativo de veículos entre os campi em Uberlândia. Confira abaixo como ficou o funcionamento.

Rotas	Horário	Quantidade de veículos
Santa Mônica - Umuarama	12h30	2
Umuarama - Santa Mônica	12h30	2
Santa Mônica - Glória	6h30	1
Santa Mônica - Glória	7h30	1
Glória - Santa Mônica	18h30	2
Umuarama - Glória	6h30	2
Glória - Umuarama	18h30	2

O transporte intermunicipal para os campi fora da cidade encontra-se suspenso, exceto o trajeto Tupã/Bloco 2 em Ituiutaba, que será mantido em atendimento às atividades acadêmicas sem alteração de horário.

OUTROS CORTES

O Diário de Uberlândia entrou em contato com a UFU para saber se outros eventos,

ações e atividades foram suspensas nos últimos dias em virtude dos cortes e a partir das ações de contingenciamento anunciadas na última semana à comunidade acadêmica.

A assessoria de comunicação da instituição informou que, até o momento, só está ciente sobre o cancelamento do evento citado no início da matéria, além das demais medidas já anunciadas pela Pró-Reitoria De Planejamento e Administração (Proplad).

Entre as medidas adotadas de imediato pela instituição estão a redução em 50% da quantidade de postos de trabalho nos contratos de mão de obra, suspensão temporária de contratos de prestação de serviços, suspensão temporária de 100% do contrato de lanches, redução de 60% do quadro de estagiários e suspensão do pagamento de bolsas de iniciação científica.

A situação poderá ser revista caso o Ministério da Educação (MEC) preste novas informações sobre o desbloqueio do orçamento, possibilitando o retorno parcial dos serviços suspensos.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Governo Doria promete ampliar número de escolas em tempo integral Expectativa é de que mais 50 mil estudantes passem a frequentar as aulas em horário estendido

SÃO PAULO - O governo João Doria (PSDB) anunciou nesta quarta-feira, 21, uma proposta de expansão do ensino integral nas escolas do Estado de São Paulo. A expectativa da pasta é de que 100 escolas, com 500 estudantes cada, passem a oferecer aulas em período estendido no ano que vem.

Hoje, o Estado tem 417 escolas que funcionam nesta modalidade, o que corresponde a 12% de toda a rede. Se a estimativa da pasta se concretizar, serão 50 mil novos alunos em tempo integral - hoje, são 156 mil.

Estudantes de ensino fundamental e médio em escolas de tempo integral têm, além das disciplinas obrigatórias, orientação para estudos, preparação para o mercado de trabalho, e experiências como dança, xadrez, entre outras. A carga horária é de nove horas e meia - na rede regular, é de cinco.

Segundo Caetano Siqueira, coordenador pedagógico da Secretaria de Estado da Educação, a modalidade é vantajosa. "O ensino integral melhora a aprendizagem, a chance de o aluno entrar no ensino superior e aumenta a renda deles quando entram depois no mercado de trabalho."

O progresso da rede estadual de São Paulo na área de Educação está aquém de outras regiões do País. A média dos estudantes de todas as etapas está longe das metas estabelecidas pelo governo do Estado. Alunos do 9º ano do fundamental (jovens de 14 anos), por exemplo, têm desempenho médio equivalente ao adequado para um estudante do 6º ano (de 11 anos).

Siqueira diz que há demanda de alunos e das próprias escolas para o ensino em tempo integral. A adesão dos colégios será voluntária e as unidades têm até o dia 13 de setembro para manifestar interesse. Será dada prioridade a escolas com maior vulnerabilidade social e que tenham salas sem ocupação.

Professores que já atuam nas escolas têm preferência para continuarem na unidade e passam a ter jornada de 40 horas semanais dedicadas àquela escola. Eles, então, ganham gratificação de 75% no salário-base. A pasta não tem estimativa do custo dessa expansão para a rede.

Segundo Siqueira, a proposta de expansão do ensino em tempo integral não está relacionada diretamente com a reforma do ensino médio. "São movimentos independentes. O ensino de tempo integral existe em São Paulo desde 2012. (A reforma do) ensino médio vale para todas as escolas, seja ela de ensino integral ou parcial. O ensino médio vai dar a oportunidade de escolha (dos itinerários formativos) para todo mundo."

Tempo integral é meta do PNE

A ampliação da oferta de escolas em tempo integral é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que determina que 50% das escolas devem oferecer essa modalidade de ensino até 2024. De modo geral, o País está longe de cumprir o objetivo. Entre 2017 e 2018, o Brasil teve queda de 1,1 milhão de matrículas para o período integral no ensino fundamental e médio.

O avanço da modalidade esbarra no custo - o ensino de tempo integral é mais caro do que o parcial. Também há dificuldades em manter os alunos nessas escolas. O ensino de tempo integral foi uma das bandeiras do governo Geraldo Alckmin (PSDB), que tinha a meta de chegar a mil unidades do tipo até 2018.

Na semana passada, o Estado mostrou que o Mais Educação, uma das principais ações do Ministério da Educação (MEC) para financiar o ensino em tempo integral na rede pública, será encerrado para dar lugar a um novo programa, que prevê parceria com faculdades públicas e privadas na oferta de atividades no contraturno.

Matrícula online

Além da proposta de ampliar o ensino integral, a Secretaria do Estado da Educação de São Paulo anunciou nesta quarta-feira mudanças no sistema de matrículas.

As matrículas poderão ser feitas por meio do aplicativo Minha Escola SP e pela Secretaria Escolar Digital (sed.educacao.sp.gov.br) para os estudantes já matriculados na rede e cujos responsáveis tenham cadastro no sistema.

As matrículas e a atualização cadastral dos alunos já matriculados poderão ser feitas entre os dias 26 de agosto e 23 de setembro. A inscrição para os estudantes de outras redes vai ocorrer entre 1º e 31 de outubro.

Para ter acesso às plataformas, o responsável pelo aluno precisa fazer um cadastro na escola antes. Segundo a pasta, o objetivo é tornar o processo mais automático.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Não vai ter dinheiro nem para material de laboratório, diz cientista da UFMG sobre possível corte nas bolsas do CNPq

Pesquisador contou que até vaquinha foi feita para ajudar uma aluna a participar de curso na Fiocruz. Bolsas podem deixar de ser pagas em setembro.

Meio litro de soro usado na pesquisa de produção de antídotos para venenos de cobras e escorpiões, realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), não sai por menos de R\$ 2 mil.

“Com essa possibilidade de não ter pagamento do CNPq em setembro, não vai ter dinheiro nem para material de laboratório. Ele já está acabando”, disse o professor Carlos Delfin Chávez Olortegui, que coordena o estudo.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) anunciou no dia 15 de agosto que suspendeu a assinatura de novos contratos de bolsas de estudo e pesquisa. O Ministério da Ciência e Tecnologia também admitiu que há risco de que as bolsas fiquem sem pagamento no mês que vem.

Possível corte de bolsas do CNPq ameaça pesquisa da UFMG de combate ao vírus da dengue

O professor conquistou o valor máximo do último edital do CNPq. Porém, dos R\$ 120 mil prometidos, ele recebeu R\$ 4,5 mil. A pesquisa coordenada por ele pretende diminuir o uso de animais na produção de antídotos para venenos de animais peçonhentos.

“A ideia é não usar mais cavalos ou camundongos na produção. Não precisamos matar cobras ou escorpiões. Estamos desenvolvendo os antivenenos no laboratório através da biotecnologia. Com bactérias e em células”, contou Olortegui.

Além dele, cerca de 80% dos vinte alunos de pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado dependem da bolsa do CNPq para viver da pesquisa.

“Tem gente que está conosco até sem bolsa. Fizemos até uma vaquinha para que uma aluna conseguisse participar de um encontro de uma semana na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro. Tiramos dinheiro do próprio bolso”, contou o professor.

Com a possibilidade de não ter pagamento do CNPq em setembro, a pesquisa corre o risco de ficar paralisada.

“O Brasil é uma potência mundial no estudo das toxinas. É uma referência para outros países. Ele corre um sério risco de perder essa liderança”, disse.

O professor também luta para que alguns de seus alunos continuem a pesquisa no exterior. “Estou entrando em contato com colegas para tentar mandar três ou quatro dos estudantes aqui do laboratório. É desesperador”, falou Olortegui.

Parte da pesquisa também é bancada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig). Porém, ela suspendeu parte dos recursos em fevereiro por causa da crise financeira do estado. Só a UFMG perdeu R\$ 2,5 milhões destinados a bolsas de iniciação científica e cerca de R\$ 13 milhões para projetos liderados por professores.

Suspensão

Sem resposta do governo federal sobre a garantia de abertura de crédito suplementar para cobrir o déficit do orçamento de 2019, o CNPq anunciou no dia 15 de agosto que

suspendeu a assinatura de novos contratos de bolsas de estudo e pesquisa.

A recomposição, segundo informou o órgão ao G1, se refere ao crédito suplementar de R\$ 330 milhões. Quem abre o crédito é o Ministério da Economia, mas, de acordo com o conselho, até a tarde desta quinta, a pasta não havia dado garantias de que liberaria o reforço orçamentário.

Ao G1, o Ministério da Economia afirmou que o pedido de crédito suplementar para o CNPq, feito em 1º de março e referendado em votação no Congresso Nacional em 11 de junho, ainda "permanece em análise na JEO [a Junta de Execução Orçamentária], sem prazo para decidir sobre o pleito."

Esse recurso é necessário para cobrir o déficit previsto pelo CNPq desde o ano passado, quando a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 foi aprovada, para as bolsas.

No dia 16 de agosto, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes afirmou que há risco de que as bolsas do CNPq fiquem sem pagamento em setembro. Segundo ele, a liberação de recursos está na "mão da Economia e também da Casa Civil".

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Mais de 2 mil pesquisadores poderão ficar sem o pagamento de bolsas universitárias no Ceará

Benefício deixará de ser repassado em outubro caso o aporte financeiro de R\$ 330 milhões não seja regularizado.

Cerca de 2.295 pesquisadores do Ceará poderão ficar sem o pagamento de bolsas universitárias a partir de outubro, segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em nível nacional, 83.405 estudantes de graduação e pós-graduação estão na mesma situação. Para regularizar o repasse do benefício, o órgão diz precisar de R\$ 330 milhões.

“Eu fico muito triste. O que a gente ouve, desde pequeno, é que se você quer ser alguém na vida tem de estudar. O país, para crescer, precisa muito mais do que mão de obra de mercado, precisa ser focado em pesquisa para ter um desenvolvimento da indústria nacional”, reflete a estudante Cemila Pansera, 32, que cursa mestrado em Ciências do Solo na Universidade Federal do Ceará (UFC).

A mestranda, que veio do Rio Grande do Norte (RN), recebe R\$1.500 mensais para custear as despesas em Fortaleza. Dessa forma, ela não pode exercer outra atividade remunerada fora da pesquisa. “A bolsa não é considerada um salário, na verdade, ela é um investimento público na nossa formação. No meu caso, ela me mantém aqui e eu só pude vir para cá por causa da bolsa, pois é com ela que eu pago meu aluguel, contas e alimentação”.

Apesar da limitação financeira, o CNPq informou que está reunindo “todos os esforços” junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e ao Ministério da Economia para conseguir o crédito suplementar.

Por conta de um bloqueio de R\$ 47 milhões anunciado pelo Governo Federal em abril deste ano, as vagas para bolsista da UFC executadas com recursos da própria instituição não poderão ser ocupadas por outros alunos, caso os estudantes originários deixem as

atividades de apoio. Esta decisão foi oficializada pela Pró-Reitoria de Planejamento e Administração no dia 1º de agosto.

O corte no orçamento da universidade deverá atingir as áreas de pesquisa e pós-graduação, graduação, extensão, assuntos estudantis e relações internacionais, além da Secretaria de Tecnologia da Informação, de Cultura e Arte e Escola Integrada de Desenvolvimento e Inovação Acadêmica.

A estudante de Psicologia Gabriela Lira, 20, se preparava para assumir uma bolsa no valor de R\$ 400 quando recebeu a notícia do cancelamento. “Estava tudo certo, eu ia entregar os documentos. Foi quando eu vi a notícia que ia ser cortada a substituição e a criação de novas (bolsas). Eu fiquei totalmente sem chão porque estava contando com o dinheiro”, lamenta.

Por meio de nota, a Universidade Federal do Ceará esclarece que “as bolsas ociosas, e só aquelas que são pagas com orçamento da UFC, não poderão ser reocupadas no momento” e que “a situação é temporária, e tão logo sejam feitos aportes no orçamento, isso poderá ser revisto”.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Governo Doria promete ampliar número de escolas em tempo integral

O governo João Doria (PSDB) anunciou nesta quarta-feira, 21, uma proposta de expansão do ensino integral nas escolas do Estado de São Paulo. A expectativa da pasta é de que 100 escolas, com 500 estudantes cada, passem a oferecer aulas em período estendido no ano que vem.

Hoje, o Estado tem 417 escolas que funcionam nesta modalidade, o que corresponde a 12% de toda a rede. Se a estimativa da pasta se concretizar, serão 50 mil novos alunos em tempo integral – hoje, são 156 mil.

Estudantes de ensino fundamental e médio em escolas de tempo integral têm, além das disciplinas obrigatórias, orientação para estudos, preparação para o mercado de trabalho, e experiências como dança, xadrez, entre outras. A carga horária é de nove horas e meia – na rede regular, é de cinco.

Segundo Caetano Siqueira, coordenador pedagógico da Secretaria de Estado da Educação, a modalidade é vantajosa. “O ensino integral melhora a aprendizagem, a chance de o aluno entrar no ensino superior e aumenta a renda deles quando entram depois no mercado de trabalho.”

O progresso da rede estadual de São Paulo na área de Educação está aquém de outras regiões do País. A média dos estudantes de todas as etapas está longe das metas estabelecidas pelo governo do Estado. Alunos do 9º ano do fundamental (jovens de 14 anos), por exemplo, têm desempenho médio equivalente ao adequado para um estudante do 6º ano (de 11 anos).

Siqueira diz que há demanda de alunos e das próprias escolas para o ensino em tempo integral. A adesão dos colégios será voluntária e as unidades têm até o dia 13 de setembro para manifestar interesse. Será dada prioridade a escolas com maior vulnerabilidade social e que tenham salas sem ocupação.

Professores que já atuam nas escolas têm preferência para continuarem na unidade e passam a ter jornada de 40 horas semanais dedicadas àquela escola. Eles, então, ganham gratificação de 75% no salário-base. A pasta não tem estimativa do custo dessa expansão para a rede.

Segundo Siqueira, a proposta de expansão do ensino em tempo integral não está relacionada diretamente com a reforma do ensino médio. “São movimentos independentes. O ensino de tempo integral existe em São Paulo desde 2012. (A reforma do) ensino médio vale para todas as escolas, seja ela de ensino integral ou parcial. O ensino médio vai dar a oportunidade de escolha (dos itinerários formativos) para todo mundo.”

Tempo integral é meta do PNE

A ampliação da oferta de escolas em tempo integral é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que determina que 50% das escolas devem oferecer essa modalidade de ensino até 2024. De modo geral, o País está longe de cumprir o objetivo. Entre 2017 e 2018, o Brasil teve queda de 1,1 milhão de matrículas para o período integral no ensino fundamental e médio.

O avanço da modalidade esbarra no custo – o ensino de tempo integral é mais caro do que o parcial. Também há dificuldades em manter os alunos nessas escolas. O ensino de tempo integral foi uma das bandeiras do governo Geraldo Alckmin (PSDB), que tinha a meta de chegar a mil unidades do tipo até 2018.

Na semana passada, o jornal O Estado de S. Paulo mostrou que o Mais Educação, uma das principais ações do Ministério da Educação (MEC) para financiar o ensino em tempo integral na rede pública, será encerrado para dar lugar a um novo programa, que prevê parceria com faculdades públicas e privadas na oferta de atividades no contraturno.

topo 

TERRA - TEMPO REAL

Universidades têm três anos para adaptação ao novo currículo de Engenharia O prazo foi estabelecido na homologação das novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Engenharia

O Ministério da Educação (MEC) homologou as novas diretrizes curriculares para os cursos superiores de Engenharia. A implementação dos novos moldes de ensino pode ser realizada em até três anos após a publicação do documento e fica a cargo de cada instituição de ensino viabilizar o novo formato.

A nova estrutura estimula a modernização dos cursos Graduação para formar engenheiros capazes de enfrentar as transformações do mercado e os desafios impostos com o avanço tecnológico e da Indústria 4.0. Os três principais pilares da mudança são o aumento da qualidade do ensino em Engenharia; a maior flexibilidade na estruturação dos cursos, de modo a induzir que as instituições de ensino inovem seus modelos de formação; e a redução na taxa de evasão nessa modalidade.

Dessa forma, pretende-se que os cursos de Engenharia se tornem mais dinâmicos e práticos, com metodologias de ensino ativas e que incentivem os estudantes a projetarem soluções para problemas reais ao longo de todo o curso. Para a gerente de

projetos da Diretoria Acadêmica da Universidade Positivo, Patrícia Maggi, as mudanças fazem com que o aluno aprenda a Engenharia por meio de competências - e não conteúdos avulsos que podem ser esquecidos em um curto prazo de tempo. "Por meio da aplicação de projetos desde o primeiro ano da Graduação, mostramos para o acadêmico o sentido de cada conceito que ele está aprendendo, fazendo com que tudo se relacione e tenha uma ordem lógica", explica.

Na Universidade Positivo, a nova formatação já foi aplicada neste ano letivo, visando à formação de profissionais com capacidades que vão além da técnica. "Além dos ajustes alinhados às novas diretrizes, consultamos o mercado para entender o que a sociedade esperava do nosso aluno e, assim, adaptamos a matriz para formar um estudante engajado, criativo, competente e pronto para ajudar a comunidade de forma efetiva", conta Patrícia. O novo currículo da instituição busca, por exemplo, integrar os conhecimentos fundamentais com a prática e aplicação de projetos, sempre respeitando o nível do estudante e as competências de cada ano da Graduação. Além disso, um laboratório de inovação permite que os professores apliquem desafios práticos a serem realizados entre grupos interdisciplinares, desenvolvendo, além das competências técnicas, as competências comportamentais, muito requisitadas nos ambientes de trabalho.

Estudante do quarto ano de Engenharia Mecânica, Felipe Baiolim Pogere já sentiu a importância das aulas práticas ao buscar uma colocação no mercado. "Com a aplicação dos conhecimentos na prática, aprendi a utilizar ferramentas que foram essenciais na busca por um estágio fora da universidade", conta. Além disso, o estudante ressalta o valor da interação com os colegas, uma das propostas das diretrizes. "O aumento da frequência de trabalhos em grupo faz com que a gente interaja mais - e é isso que sentimos quando vamos para o mercado", conclui.

Para os acadêmicos matriculados antes da mudança, vale o direito de concluir o curso com base nas diretrizes anteriores, podendo optar pelas novas em um acordo com as respectivas instituições. Para realizar a avaliação dos cursos de Engenharia após a adaptação, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) vai definir um novo instrumento no prazo de 90 dias, a partir da publicação da resolução.

Sobre a Universidade Positivo

A Universidade Positivo concentra, na Educação Superior, a experiência educacional de mais de quatro décadas do Grupo Positivo. A instituição teve origem em 1988 com as Faculdades Positivo, que, dez anos depois, foram transformadas no Centro Universitário Positivo (UnicenP). Em 2008, foi autorizada pelo Ministério da Educação a ser transformada em Universidade. Atualmente, oferece mais de 60 cursos de Graduação presenciais, quatro cursos de Doutorado, sete cursos de Mestrado, mais de 190 programas de Especialização e MBA, sete cursos de idiomas e dezenas de programas de Extensão. A Universidade Positivo conta com três unidades em Curitiba, uma unidade em Londrina (PR), uma unidade em Joinville (SC), além de polos de Educação a Distância (EAD) em mais de 60 cidades espalhadas pelo Brasil. Em 2018, a Universidade Positivo foi classificada entre as 100 instituições mais bem colocadas no ranking mundial de sustentabilidade da UI GreenMetric.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Governo Doria promete ampliar número de escolas em tempo integral

O governo João Doria (PSDB) anunciou nesta quarta-feira, 21, uma proposta de expansão do ensino integral nas escolas do Estado de São Paulo. A expectativa da pasta é de que 100 escolas, com 500 estudantes cada, passem a oferecer aulas em período estendido no ano que vem.

Hoje, o Estado tem 417 escolas que funcionam nesta modalidade, o que corresponde a 12% de toda a rede. Se a estimativa da pasta se concretizar, serão 50 mil novos alunos em tempo integral - hoje, são 156 mil.

Estudantes de ensino fundamental e médio em escolas de tempo integral têm, além das disciplinas obrigatórias, orientação para estudos, preparação para o mercado de trabalho, e experiências como dança, xadrez, entre outras. A carga horária é de nove horas e meia - na rede regular, é de cinco.

Segundo Caetano Siqueira, coordenador pedagógico da Secretaria de Estado da Educação, a modalidade é vantajosa. "O ensino integral melhora a aprendizagem, a chance de o aluno entrar no ensino superior e aumenta a renda deles quando entram depois no mercado de trabalho."

O progresso da rede estadual de São Paulo na área de Educação está aquém de outras regiões do País. A média dos estudantes de todas as etapas está longe das metas estabelecidas pelo governo do Estado. Alunos do 9º ano do fundamental (jovens de 14 anos), por exemplo, têm desempenho médio equivalente ao adequado para um estudante do 6º ano (de 11 anos).

Siqueira diz que há demanda de alunos e das próprias escolas para o ensino em tempo integral. A adesão dos colégios será voluntária e as unidades têm até o dia 13 de setembro para manifestar interesse. Será dada prioridade a escolas com maior vulnerabilidade social e que tenham salas sem ocupação.

Professores que já atuam nas escolas têm preferência para continuarem na unidade e passam a ter jornada de 40 horas semanais dedicadas àquela escola. Eles, então, ganham gratificação de 75% no salário-base. A pasta não tem estimativa do custo dessa expansão para a rede.

Segundo Siqueira, a proposta de expansão do ensino em tempo integral não está relacionada diretamente com a reforma do ensino médio. "São movimentos independentes. O ensino de tempo integral existe em São Paulo desde 2012. (A reforma do) ensino médio vale para todas as escolas, seja ela de ensino integral ou parcial. O ensino médio vai dar a oportunidade de escolha (dos itinerários formativos) para todo mundo."

Tempo integral é meta do PNE

A ampliação da oferta de escolas em tempo integral é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que determina que 50% das escolas devem oferecer essa modalidade de ensino até 2024. De modo geral, o País está longe de cumprir o objetivo. Entre 2017 e 2018, o Brasil teve queda de 1,1 milhão de matrículas para o período integral no ensino fundamental e médio.

O avanço da modalidade esbarra no custo - o ensino de tempo integral é mais caro do

que o parcial. Também há dificuldades em manter os alunos nessas escolas. O ensino de tempo integral foi uma das bandeiras do governo Geraldo Alckmin (PSDB), que tinha a meta de chegar a mil unidades do tipo até 2018.

Na semana passada, o jornal O Estado de S. Paulo mostrou que o Mais Educação, uma das principais ações do Ministério da Educação (MEC) para financiar o ensino em tempo integral na rede pública, será encerrado para dar lugar a um novo programa, que prevê parceria com faculdades públicas e privadas na oferta de atividades no contraturno.

Matrícula online

Além da proposta de ampliar o ensino integral, a Secretaria do Estado da Educação de São Paulo anunciou nesta quarta-feira mudanças no sistema de matrículas.

As matrículas poderão ser feitas por meio do aplicativo Minha Escola SP e pela Secretaria Escolar Digital (sed.educacao.sp.gov.br) para os estudantes já matriculados na rede e cujos responsáveis tenham cadastro no sistema.

As matrículas e a atualização cadastral dos alunos já matriculados poderão ser feitas entre os dias 26 de agosto e 23 de setembro. A inscrição para os estudantes de outras redes vai ocorrer entre 1º e 31 de outubro.

Para ter acesso às plataformas, o responsável pelo aluno precisa fazer um cadastro na escola antes. Segundo a pasta, o objetivo é tornar o processo mais automático.

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Confap realiza Fórum Nacional, em São Paulo

A terceira edição do evento, que é organizado pela Fapesp, vai até sexta-feira (23)

A cidade de São Paulo recebe entre hoje e sexta (21 e 23 de agosto) a terceira edição de 2019 do Fórum do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap). Organizado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o Fórum deverá reunir presidentes e diretores das 26 Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) dos Estados, além de representantes de agências federais de fomento, ministérios e de organismos internacionais, parceiros do Confap na realização de atividades conjuntas no fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação.

A abertura oficial será realizada no dia 22 de agosto, na sede da Fapesp e contará com autoridades científicas e políticas. Durante a solenidade, deverão ser anunciados novos acordos de cooperação e lançados novos editais. Também será realizada a Conferência “A Visão Estratégica para a área de Ciência, Tecnologia e Inovação até 2022”, pelo secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Julio Francisco Semeghini Neto, e uma apresentação da Fapesp, feita pelo diretor-presidente do Conselho Técnico-Administrativo, Carlos Américo Pacheco, e pelo diretor Científico, Carlos Henrique de Brito Cruz. Durante a tarde do mesmo dia, serão realizadas mesas-redondas e palestras sobre inovação, transformação digital e programas e parcerias com as FAPs.

Já no dia 23, a programação será realizada no Hotel Maksoud Plaza, incluindo discussões sobre o Consórcio Nacional em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (Conecti Brasil) e sobre o projeto Confap CRIS. A parte da tarde será reservada para reunião interna das FAPs, incluindo relatos de presidentes e assuntos gerais. Após os

trabalhos, os participantes visitarão o InovaBRA Habitat.

Pré-evento sobre Cooperações

No dia 21, como atividade pré-evento, o Confap receberá no Hotel Maksoud Plaza parceiros das agências nacionais e organismos internacionais para alinhar atividades já executadas em parceria com as FAPs. Da parte nacional, estão previstas participações de representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Também haverá espaço para a apresentação de parceiros internacionais e delegações de outros países interessadas em cooperação com o Confap, para o fomento à internacionalização da pesquisa feita nos Estados e cooperação com universidades estrangeiras. Devem participar das discussões representantes da Delegação da Comissão da União Europeia no Brasil, Embaixada da Itália, Embaixada do Reino Unido, Conselho Britânico, Fundação Bill e Melinda Gates, Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), Sociedade Alemã de Amparo à Pesquisa (DFG) e Centro Alemão de Ciência e Inovação em São Paulo.

Inscrições para participação da solenidade de abertura: <http://fapesp.br/13067>

Confap

topo ↕

JORNAL HOJE CENTRO SUL - TEMPO REAL

Professor de escolas públicas faz capacitação nos Estados Unidos

Professor Luciano Bocko, que atua em escolas de Teixeira Soares e Fernandes Pinheiro, deve levar experiências para a sala de aula

Um professor iratiense, que atua em escolas públicas de Teixeira Soares e Fernandes Pinheiro, pode participar de uma capacitação nos Estados Unidos através de uma bolsa de estudos.

O professor de inglês, Luciano Bocko, viajou até Filadélfia, no estado de Pensilvânia, onde pode participar da capacitação que ajudou a fortalecer o domínio das habilidades linguísticas como escrita, leitura, fala e a audição.

A capacitação aconteceu na Universidade Temple, onde os professores que participaram puderam conhecer novas metodologias de ensino, além de aprofundar os conhecimentos históricos e culturais do país. “O sonho de todo professor de língua estrangeira é conhecer o país onde se fala a língua ensinada por ele. Eu encontrei no programa uma oportunidade de realizar esse sonho”, disse Luciano.

O professor ainda afirmou que essa foi uma experiência muito importante, tanto para sua vida profissional, quanto pessoal. “Todo o conhecimento adquirido será usado em sala de aula deixando as aulas mais ricas e a aprendizagem mais significativa”, disse.

Bolsa de estudos

A bolsa de estudos foi disponibilizada através do Programa de Desenvolvimento

Profissional para Professores de Língua Inglesa (PDPI) nos Estados Unidos. Por meio do programa são distribuídas mais de 400 bolsas de estudo para professores do ensino básico de escolas públicas.

O programa é realizado em parceria com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, embaixada dos Estados Unidos e a Comissão Fulbright, uma entidade americana que oferece bolsas de estudos para o intercâmbio de estudantes de pós-graduação, professores e pesquisadores.

No programa, os professores participam de um curso intensivo de seis semanas em uma universidade americana. A bolsa contempla todas as despesas desde as passagens, alimentação, hospedagens e vistos.

Para participar, os professores se inscrevem em editais de seleção que escolhe os contemplados para receber a bolsa.

Mais informações nos sites www.capes.gov.br e www.fulbright.org.br.

Texto: Da Redação/ Hoje Centro Sul

topo ↕

PBAGORA - TEMPO REAL

MPF ordena maior transparência em seleções conduzidas do Capes

O Ministério Público Federal (MPF) obteve liminar que ordena maior transparência em seleções conduzidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, fundação ligada ao Ministério da Educação. A liminar, concedida pelo juízo da 1ª Vara da Justiça Federal, em João Pessoa (PB), determina a suspensão do processo de seleção para o Programa de Professor Visitante no Exterior, que oferece bolsa internacional para a realização de estudos avançados após o doutorado. A suspensão perdura até que a fundação providencie as medidas da liminar.

A Justiça concedeu todos os pedidos do MPF e deu 15 dias à **Capes** para que retifique o item 2.2 do Edital 1/2019 e inclua em qual etapa da seleção e de que modo se dará a prioridade concedida aos candidatos com perfil acadêmico equivalente e/ou superior ao de pesquisador nível 1D ou superior para Professor Visitante Sênior, na classificação de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A decisão também determina a retificação do edital em relação aos itens 6.3.2 e 6.3.3, para que conste, de forma precisa, em que consistem as etapas de seleção de Análise Técnica e Análise de Mérito, bem como a escala de notas que será utilizada pelo Comitê Científico na Etapa de Priorização para cada um dos critérios avaliativos (antes da atribuição dos respectivos pesos) e, ainda, que indique eventual nota de corte a ser observada.

Além disso, a **Capes** deve retirar do Edital 01/2019 a cláusula 6.3.3.4, uma vez que não há fundamento legal para impor sigilo da identidade dos avaliadores do concurso (consultores 'ad hoc'). Pela ausência de fundamento legal para imposição de sigilo sobre essa informação, a Justiça determinou que a **Capes** proíba o indeferimento administrativo de eventuais solicitações dos candidatos de acesso à identidade dos consultores.

Conforme a decisão, a **Capes** também deve dar ampla publicidade aos procedimentos relativos ao concurso, passando a divulgar as notas dos candidatos aprovados quando da publicação do resultado final. A fundação ainda deve mostrar ao Judiciário os pareceres finais dos candidatos aprovados na seleção regida pelo Edital **Capes** 45/2017, com as respectivas notas, visto que se negou a entregá-los ao Ministério Público Federal nos autos do procedimento extrajudicial que instruiu a ação.

Em caso de descumprimento da liminar, a Justiça Federal ordenou a fixação de multa diária até o cumprimento das determinações, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e da execução judicial das obrigações não cumpridas. A investigação no Ministério Público teve início em razão de denúncia de candidato que afirmava só ter conseguido obter informações sobre o último processo seletivo, após recorrer à Controladoria-Geral da União com base na Lei de Acesso à Informação.

Após cumprida a decisão, o MPF deve averiguar a documentação a ser apresentada pela **Capes** para identificar se a metodologia de avaliação empregada no processo seletivo anterior seguiu critérios meritórios transparentes e objetivos. Para tanto, o órgão está aberto a receber observações de candidatos que tenham se sentido prejudicados naquele processo anterior, para subsidiar a investigação.

Ação Civil Pública nº 0808202-28.2019.4.05.8200

topo 

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Brasil atinge segunda melhor marca de impacto científico em 30 anos

O Brasil atingiu no primeiro semestre de 2019 o segundo melhor nível em 30 anos no indicador que mede o impacto da pesquisa científica. O País atingiu já em junho a marca de 0,89. A maior foi verificada em 2016 — 0,92, número referente ao ano inteiro.

Ainda assim, os números continuam a mostrar que o Brasil tem muito a avançar. A média mundial é 1, ou seja, nessas três décadas o País esteve abaixo. É para chegar a esse patamar que a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem focado em pesquisas com impacto científico. Também por isso o MEC propõe pautas como o Future-se, com maior autonomia financeira a universidades e institutos federais e premiações para pesquisas relevantes e boas ações de gestão nas instituições.

O País atingiu o resultado atual em um momento em que se faz necessário contingenciar recursos das mais diversas pastas do governo federal. Entre elas, o Ministério da Educação (MEC).

A gestão tem sido feita de forma a priorizar partes do orçamento e o que de fato funciona. “A expectativa é que o índice aumente, pois temos políticas voltadas para o que de fato tem impacto científico”, afirma o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os números são da Web of Science, base de dados administrada pela organização Clarivate Analytics utilizada pela comunidade acadêmica. Referência mundial, a plataforma integra uma série de informações sobre a relevância das pesquisas produzidas, como as citações e a qualidade dos estudos, e permite a comparação entre

vários países.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, observa: “O resultado indica que as políticas implementadas pela **Capes** no sentido de promover melhorias na avaliação e na racionalização do financiamento estão surtindo resultado”.

topo ↕

TRIBUNA DA BAHIA - BA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Contingenciamento de verbas atinge em cheio a UFSB

Instituição anunciou que cortes afetarão, principalmente, os editais de bolsas, apoio à extensão e o edital dos Mestres dos Saberes

A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) – que tem campus nas cidades de Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas - acaba de tomar uma decisão para se manter sobrevivendo e não fechar as portas aos alunos. A única garantia, de momento, é que as aulas não deixarão de ser oferecidas neste ano, mas os serviços de extensão serão afetados se o atual corte for mantido.

Segundo a Ascom da UFSB, “os contingenciamentos afetam, principalmente, os editais de bolsas, apoio à extensão e o edital dos Mestres dos Saberes, que tem a proposta de fomentar a participação de mestres e mestradas de saberes tradicionais, populares e comunitários, em atividades de ensino de graduação”. E acrescenta: “Se os cortes forem mantidos, certamente afetarão propostas que a universidade tem de expandir a extensão e que dependem de investimento, para além de editais”, anuncia a UFSB como sendo palavras da reitora Joana Angélica Guimarães.

Como entidade pública a UFSB presta serviços de atendimento à comunidade externa por meio de uma Coordenação de Integração Social. “Tais serviços podem ser diminuídos ou mesmo descontinuados, enquanto os recursos não forem liberados”, antecipa a reitora. Ela reconhece que as pesquisas da UFSB ainda não foram sensivelmente afetadas pelo fato de a Universidade ainda estar num estágio preliminar de implantação. “Não tendo ainda uma estrutura plena, porque temos pequenos custos”.

Parcerias

A instituição de ensino vem realizando vários esforços, que vão desde parcerias com outras instituições de ciência e Tecnologia da região, como o PCT Sul que recebeu mais de 90% do setor privado. “Esta foi uma iniciativa da UFSB no ano de sua criação. Hoje, o parque tem mais de uma dezena de associados e laboratórios próprios, que prestam serviços diversos tais como análises físico-químicas e organolépticas para produtores de cacau e de chocolate de diferentes partes do País, incluindo multinacionais”, realça Joana Angélica.

Outra iniciativa da UFSB é a de estímulo à criação de cursos de Especialização, Atualização e Aperfeiçoamento. “Esta modalidade de cursos pode ser cobrada e os recursos amealhados serão dirigidos, entre outras destinações, também para o financiamento da pesquisa”. Além desta iniciativa, a universidade já vem, há vários anos, cedendo a utilização de seu Centro de Convenções (em Porto Seguro) para atividades diversas. “Essa utilização da infraestrutura tem financiado bolsas de pesquisa, em nível de mestrado para estudantes carentes”.

Golpe fatal

O golpe fatal nas finanças da UFSB veio no último dia 05 de agosto, quando o governo federal enviou cerca de 6% do orçamento discricionário de custeio para a Universidade, de R\$ 868.927,00 (oitocentos e sessenta e oito mil, novecentos e vinte e sete reais). “Este valor não atende às nossas demandas contratuais”, lamenta a reitora. A UFSB, então, suspendeu a realização de novas despesas, a exemplo de viagens e aquisição de materiais de consumo para atender laboratórios, capacitação de servidores entre outros. Houve, também, o desligamento dos condicionadores de ar para evitar possíveis cortes de energia por falta de pagamento.

A reitora Joana Angélica reconhece que, a área mais afetada pelos cortes de verbas do MEC é da infraestrutura. “A UFSB se encontra em processo de implantação e atualmente funciona em unidades adaptadas, locadas e cedidas pelos governos federal, estadual e municipal. Assim, as reformas e manutenções prediais estão na eminência de serem suspensas, além das construções dos blocos pedagógicos constituídos de salas de aulas e laboratórios em cada campus”.

Dívidas

A dívida atual da UFSB é de mais de R\$ 6,2 milhões relacionadas às obras de infraestrutura. “São basicamente salas de aulas e laboratórios, que foram licitadas e iniciadas em 2017, e possui obras com mais 50% de execução”. Com a liberação de cerca de 6% do orçamento discricionário, o MEC completou a liberação de 58% do orçamento de custeio da Universidade que, a partir de agora, passa a não cumprir seus compromissos de custeio em dia.

“Para que a UFSB cumpra as suas obrigações contratuais, a instituição necessita de cerca R\$ 1,2 milhões ao mês. Assim, esse mês, vamos fechar com aproximadamente R\$ 350 mil com notas fiscais em aberto e para os próximos dois meses. Nos dois últimos meses, como a previsão era ter recebido os 70%, não haveria mais saldo a receber. Dessa forma, haveria R\$ 2,4 milhões relativos as notas fiscais em aberto de novembro e dezembro. O total previsto em aberto seria R\$ 3.450 milhões em 2019”, justifica Joana Angélica, lembrando que como foram suspensas todas as aquisições, esse é o valor mínimo.

Entretanto, é importante ressaltar que do orçamento de investimento da Universidade foi liberado apenas 20%, passados 8 meses do ano e o orçamento de emendas, também relativo a investimento, continua 100% bloqueado. “A UFSB não possui dívidas acumuladas de anos anteriores. As que temos são oriundas de março deste ano de 2019”, conclui.

Bloqueio de verbas prejudica seriamente a Ufba

Em Salvador, o bloqueio de verbas do MEC para a Ufba correspondeu a 30% da rubrica de funcionamento, dentro da verba de custeio – destinada ao pagamento de despesas ordinárias, como consumo de água, energia e telefone, manutenção de espaços e equipamentos e pagamento de pessoal terceirizado, entre outras. O valor bloqueado é de R\$ 37,3 milhões.

A universidade federal da Bahia tem 105 cursos de graduação, com 37.985

matriculados. Na última avaliação divulgada pelo MEC, constatou-se um salto de 40% para 96% do percentual de cursos avaliados com nota 4 ou 5, entre 2014 e 2016. No Enade, a média geral dos cursos de graduação da Universidade vem em evolução desde 2006 e, recentemente, saltou de 3,89, no triênio 2012-13-14, para 4,05, no triênio 2015-16-17.

Na pós-graduação, a UFBA oferece 136 cursos (54 doutorados e 82 mestrados), e tem 7.045 estudantes matriculados. Entre as federais, trata-se da sexta maior oferta de cursos, sendo a 3ª instituição com mais cursos de pós com notas 4 e 5, e a 11ª com mais notas 6 e 7, na avaliação da **Capes**. Entre as 20 universidades líderes em produção de conhecimento avaliadas pela **Capes**, a UFBA é a 12ª com mais pesquisas publicadas nos melhores periódicos, sendo a 9ª com mais artigos lidos na plataforma Scopus. É também a 9ª em colaboração internacional, e a 11ª em colaboração com empresas.

Hoje, a Ufba é considerada a 1ª universidade do Nordeste, a 10ª brasileira e a 30ª da América Latina no ranking Times Higher Education (THE), da revista inglesa Times, que avalia 1.250 universidades de 36 países. Apenas 15 brasileiras estão entre as 1.000 melhores do mundo, e 36 entre as 1.100. No Ranking Universitário da Folha, que avalia cinco itens – qualidade do ensino, percepção do mercado de trabalho, inovação, pesquisa acadêmica e internacionalização – a UFBA subiu uma posição em relação a 2017, e foi a 14ª melhor entre 196 universidades brasileiras em 2018.

TRIBUNA DA BAHIA - BA - BAHIA

Contingenciamento de verbas atinge em cheio a UFSB

Instituição anunciou que cortes afetarão, principalmente, os editais de bolsas, apoio à extensão e o edital dos Mestres dos Saberes, que tem a proposta de fomentar a participação de mestres e mestradas de saberes tradicionais, populares e comunitários, em atividades de ensino de graduação.

A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) —que tem campus nas cidades de Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas -acaba de tomar uma decisão para se manter sobrevivendo e não fechar as portas aos alunos. A única garantia, de momento, é que as aulas não deixarão de ser oferecidas neste ano, mas os serviços de extensão serão afetados se o atual corte for mantido.

Segundo a Ascom da UFSB, "os contingenciamentos afetam, principalmente, os editais de bolsas, apoio à extensão e o edital dos Mestres dos Saberes, que tem a proposta de fomentar a participação de mestres e mestradas de saberes tradicionais, populares e comunitários, em atividades de ensino de graduação". E acrescenta: "Se os cortes forem mantidos, certamente afetarão propostas que a universidade tem de expandir a extensão e que dependem de investimento, para além de editais", anuncia a UFSB como sendo palavras da reitora Joana Angélica Guimarães.

Como entidade pública a UFSB presta serviços de atendimento à comunidade externa por meio de uma Coordenação de Integração Social. "Tais serviços podem ser diminuídos ou mesmo descontinuados, enquanto os recursos não forem liberados", antecipa a reitora. Ela reconhece que as pesquisas da UFSB ainda não foram sensivelmente afetadas pelo fato de a Universidade ainda estar num estágio preliminar de implantação. "Não tendo ainda uma estrutura plena, porque temos pequenos custos".

PARCERIAS

A instituição de ensino vem realizando vários esforços, que vão desde parcerias com

outras instituições de ciência e Tecnologia da região, coroo PCTSuI que recebeu mais de 90% do setor privado. "Esta foi uma iniciativa da UFSB no ano de sua criação. Hoje, o parque tem mais de uma dezena de associados e laboratórios próprios, que prestam serviços diversos tais como análises físico-químicas e organolépticas para produtores de cacau e de chocolate de diferentes partes do País, incluindo multinacionais", realça Joana Angélica.

Outra iniciativa da UFSB é a de estímulo à criação de cursos de Especialização, Atualização e Aperfeiçoamento. "Esta modalidade de cursos pode ser cobrada e os recursos amealhados serão dirigidos, entre outras destinações, também para o financiamento da pesquisa". Além desta iniciativa, a universidade já vem, há vários anos, cedendo a utilização de seu Centro de Convenções (em Porto Seguro) para atividades diversas. "Essa utilização da infraestrutura tem financiado bolsas de pesquisa, em nível de mestrado para estudantes carentes".

GOLPE FATAL

O golpe fatal nas finanças da UFSB veio no último dia 05 de agosto, quando o governo federal enviou cerca de 6% do orçamento discricionário de custeio para a Universidade, de R\$ 868.927,00 (oitocentos e sessenta e oito mil, novecentos e vinte e sete reais). "Este valor não atende às nossas demandas contratuais", lamenta a reitora. A UFSB, então, suspendeu a realização de novas despesas, a exemplo de viagens e aquisição de materiais de consumo para atender laboratórios, capacitação de servidores entre outros. Houve, também, o desligamento dos condicionadores de ar para evitar possíveis cortes de energia por falta de pagamento.

A reitora Joana Angélica reconhece que, a área mais afetada pelos cortes de verbas do MEC é da infraestrutura. "A UFSB se encontra em processo de implantação e atualmente funciona em unidades adaptadas, locadas e cedidas pelos governos federal, estadual e municipal. Assim, as reformas e manutenções prediais estão na eminência de serem suspensas, além das construções dos blocos pedagógicos constituídos de salas de aulas e laboratórios em cada campus".

DEVIDAS

A dívida atual da UFSB é de mais de R\$ 6,2 milhões relacionadas às obras de infraestrutura. "São basicamente salas de aulas e laboratórios, que foram licitadas e iniciadas em 2017, e possui obras com mais 50% de execução". Com a liberação de cerca de 6% do orçamento discricionário, o MEC completou a liberação de 58% do orçamento de custeio da Universidade que, a partir de agora, passa a não cumprir seus compromissos de custeio em dia.

"Para que a UFSB cumpra as suas obrigações contratuais, a instituição necessita de cerca R\$ 1,2 milhões ao mês. Assim, esse mês, vamos fechar com aproximadamente R\$ 350 mil com notas fiscais em aberto e para os próximos dois meses. Nos dois últimos meses, como a previsão era ter recebido os 70%, não haveria mais saldo a receber. Dessa forma, haveria R\$ 2,4 milhões relativos as notas fiscais em aberto de novembro e dezembro. O total previsto em aberto seria R\$ 3.450 milhões em 2019", justifica Joana Angélica, lembrando que como foram suspensas todas as aquisições, esse é o valor mínimo.

Entretanto, é importante ressaltar que do orçamento de investimento da Universidade foi

liberado apenas 20%, passados 8 meses do ano e o orçamento de emendas, também relativo a investimento, continua 100% bloqueado. "A UFSA não possui dívidas acumuladas de anos anteriores. As que temos são oriundas de março deste ano de 2019", conclui.

Bloqueio prejudica a UFBA

Em Salvador, o bloqueio de verbas do MEC para a UFBA correspondeu a 30% da rubrica de funcionamento, dentro da verba de custeio – destinada ao pagamento de despesas ordinárias, como consumo de água, energia e telefone, manutenção de espaços e equipamentos e pagamento de pessoal terceirizado, entre outras.

O valor bloqueado é de R\$ 37,3 milhões. A Universidade Federal da Bahia tem 105 cursos de graduação, com 37.985 matriculados. Na última avaliação divulgada pelo MEC, constatou-se um salto de 40% para 96% do percentual de cursos avaliados com nota 4 ou 5, entre 2014 e 2016. No Enade, a média geral dos cursos de graduação da Universidade vem em evolução desde 2006 e, recentemente, saltou de 3,89, no triênio 2012-13-14, para 4,05, no triênio 2015-16-17.

Na pós-graduação, a UFBA oferece 136 cursos (54 doutorados e 82 mestrados), e tem 7.045 estudantes matriculados. Entre as federais, trata-se da sexta maior oferta de cursos, sendo a 3ª instituição com mais cursos de pós com notas 4 e 5, e a 11ª com mais notas 6 e 7, na avaliação da **Capes**. Entre as 20 universidades líderes em produção de conhecimento avaliadas pela **Capes**, a UFBA é a 12ª com mais pesquisas publicadas nos melhores periódicos, sendo a 9ª com mais artigos lidos na plataforma Scopus.

É também a 9ª em colaboração internacional, e a 11ª em colaboração com empresas. Hoje, a UFBA é considerada a 1ª universidade do Nordeste, a 10ª brasileira e a 30ª da América Latina no ranking Times Higher Education (THE), da revista inglesa Times, que avalia 1.250 universidades de 36 países. Apenas 15 brasileiras estão entre as 1.000 melhores do mundo, e 36 entre as 1.100.

No Ranking Universitário da Folha, que avalia cinco itens – qualidade do ensino, percepção do mercado de trabalho, inovação, pesquisa acadêmica e internacionalização – a UFBA subiu uma posição em relação a 2017, e foi a 14ª melhor entre 196 universidades brasileiras em 2018.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BAHIA

Doze estudantes baianos conquistam medalhas em Olimpíada Nacional de História Estudantes são de escola pública de Paripiranga e participaram da cerimônia na Unicamp

Três estudantes do Colégio Estadual Governador Roberto Santos, localizado no município de Paripiranga (a 312 km de Salvador), foram premiados com medalhas de bronze da 11ª Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB). Outros nove estudantes da mesma unidade escolar e que participaram da final da competição conquistaram medalhas de honra ao mérito. A cerimônia foi realizada no último final de semana, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em Campinas (SP).

A conquista da medalha de bronze foi da equipe “Tríplice Aliança”. A prova final realizada no sábado consistiu em uma redação sobre o tema “Exclusão”, escrita em conjunto pelos integrantes de cada uma das quatro equipes finalistas da rede estadual.

Os estudantes foram selecionados entre os 1.014 inscritos em todo o Estado.

O estudante Luis Victor Pimentel Andrade, 16, 3º ano, que integra a equipe “Tríplice Aliança”, falou da satisfação em ter sido premiado na ONHB. “Participar da olimpíada foi uma experiência inesquecível, pois além de sermos premiados, trocamos conhecimento, fizemos amizades e conhecemos outro Estado”, afirmou o estudante, ao destacar que passou a gostar ainda mais da disciplina de História devido à participação nas etapas da olimpíada, que foram seis no total, além da final.

A professora de História e orientadora das quatro turmas, Elisa Ribeiro, disse que estava realizada com a representatividade da escola na Olimpíada. “Começamos com 14 equipes na escola e que chegaram até a última fase, na qual foram classificadas quatro e isso é muito gratificante, pois mostramos para o país que existe um trabalho de qualidade sendo feito na rede estadual de ensino da Bahia”, afirmou a educadora, que ainda está na Unicamp participando de uma formação voltada para os professores dos estudantes finalistas, que tem como tema “A canção popular no ensino de História”.

A olimpíada teve início em maio com a participação de 18,5 mil equipes, em um total de 73 mil inscritos em todo o país, atingindo recorde de inscrição. A iniciativa possui seis fases on-line, com duração de uma semana cada. As questões de múltipla escolha e realização de tarefas foram respondidas pelos participantes por meio de debate com os colegas, pesquisa em livros, internet e orientação do professor.

Cada equipe é composta por um professor de História e três alunos do 8º ou 9º ano do Fundamental ou todos os anos do Ensino Médio, pertencentes a escolas públicas e particulares de todos os estados. A Secretaria da Educação do Estado informou que tem fomentado a participação dos estudantes da rede nas olimpíadas nacionais, por meio do projeto Bahia Olímpica.

A ONHB é um projeto realizado pelo Departamento de História da Unicamp. Em 2019, em sua 11ª edição, consolidou-se com uma importante ferramenta de aprendizado do ensino de História. Tem apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BAHIA

Sem verba, UFSB desliga até ar-condicionado para economizar energia

Universidade encerrará o mês de agosto com cerca de R\$ 350 mil em notas fiscais a serem pagas

Com o contingenciamento de 30% das verbas para as universidades federais por parte do Ministério da Educação, desde maio, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) anunciou várias medidas para se adequar aos valores que tem recebido do governo federal, dentre elas até o desligamento dos aparelhos de ar-condicionado para não haver risco de corte de energia.

Uma das mais recentes universidades federais criadas na Bahia – foi instituída pela Lei nº 12.818 de 5 de junho de 2013, a UFSB possui campus em Itabuna (sede da reitoria), Porto Seguro e Teixeira de Freitas.

No último dia 5 de agosto, o MEC enviou 6% do orçamento discricionário de custeio para a UFSB, o que equivale a R\$ 868.927, valor que não atende às demandas

contratuais da universidade, conforme um comunicado oficial.

Por conta do contingenciamento, a universidade suspendeu a realização de novas despesas, como viagens de alunos e professores, aquisição de materiais de consumo (inclusive para atender laboratórios), capacitação de servidores, entre outros.

Em Salvador, na noite dessa terça-feira (20), vigilantes da Universidade Federal da Bahia (Ufba) fizeram uma paralisação, e aulas tiveram de ser suspensas no campus de Ondina e na Faculdade de Direito.

Paralisações

A área mais afetada na UFSB é da infraestrutura. A universidade ainda se encontra em processo de implantação e atualmente funciona em unidades adaptadas, locadas e cedidas pelos governos federal, estadual e municipal.

Assim, as reformas e manutenções prediais estão na iminência de serem suspensas, além das construções dos blocos pedagógicos constituídos de salas de aulas e laboratórios em cada campus da universidade.

A UFSB diz que tem dívidas de mais de R\$ 6,2 milhões relacionadas às obras de infraestrutura, basicamente salas de aulas e laboratórios, que foram licitadas e iniciadas em 2017, e possui obras com mais 50% de execução.

Para que a UFSB cumpra suas obrigações contratuais, a instituição necessita de cerca de R\$ 1,2 milhão ao mês - em agosto, o orçamento de custeio chegou a apenas 58%. Assim, a universidade fechará com aproximadamente R\$ 350 mil com notas fiscais em aberto.

Nos dois últimos meses, como a previsão é ter recebido os 70%, não haveria mais saldo a receber. Dessa forma, haveria R\$ 2,4 milhões relativos às notas fiscais em aberto de novembro e dezembro. O total previsto em aberto seria de R\$ 3,450 milhões em 2019 – como foram suspensas todas as aquisições, esse é o valor mínimo.

“É importante ressaltar que do orçamento de investimento da universidade foi liberado apenas 20%, passados 8 meses do ano e o orçamento de emendas, também relativo a investimento, continua 100% bloqueado”, afirma a UFSB, em comunicado.

Corte de bolsas

Criada na mesma data da UFSB, a Universidade do Oeste da Bahia (UFOB) possui 4 mil estudantes, 249 funcionários técnicos-administrativos e 391 professores. Para este ano, possui orçamento total de R\$ 24.931.132, mas o recebido até o momento é de R\$ 13.947.448,34, segundo informou a reitoria.

A universidade informou que “sofreu um bloqueio de R\$ 7.372.857, que impacta diretamente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão” e “compromete o pagamento de água, luz, contratos de empresas terceirizadas, responsáveis por limpeza, vigilância, manutenção, dentre outras despesas de serviços essenciais ao funcionamento do dia a dia da Instituição”.

A UFOB diz que desde 2018 adotou uma série de medidas para reduzir as despesas

discricionárias, dentre elas a revisão de todos seus contratos administrativos (de empresas terceirizadas, responsáveis por limpeza, vigilância e manutenção).

Neste ano, com a realização de novos contingenciamentos pelo MEC, foram suspensos programas de bolsas de monitoria e de estágio, e outras medidas de corte estão sendo estudadas.

Revisão de contratos na Ufba

Na Universidade Federal da Bahia (Ufba), o contingenciamento do MEC provocou a realização de novas licitações e reduções dos contratos de vigilância, limpeza, portaria e recepção, manutenção predial e manutenção de áreas verdes e externas, no limite do que é permitido legalmente.

Teve também a redução da jornada de trabalho durante o recesso do mês de julho, com encerramento de atividades às 13h30 para reduzir o consumo de água e luz; houve a suspensão de passagens aéreas, diárias e transporte terrestre; redução de viagens para estudos de campo de cursos de graduação para atividades curriculares obrigatórias; e a redução de despesas com monitoria e estágios.

A instituição, segundo relatório de 2018, com dados de 2017, possui 204.188 alunos matriculados em cursos de graduação, em Salvador e no campus de Vitória da Conquista, nas modalidades presencial e à distância (EAD).

O orçamento da UFBA para o ano de 2019 foi de R\$ 161.360.647 para despesas discricionárias, sendo que estão bloqueados R\$ 48.408.194; e dos R\$ 10.510.409 para investimento/capital, R\$ 5.853.047 estão bloqueados.

A Ufba diz que, nos últimos cinco anos, vem reduzindo despesas, “tendo em vista o quadro de defasagem da dotação orçamentária, que tem se aprofundado a cada ano em face das perdas inflacionárias, do aumento das tarifas e do ciclo de expansão que a Universidade atravessa”.

O CORREIO manteve contato ainda com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), baseada em São Francisco do Conde, e com a Universidade do Vale do São Francisco (Univasf), que na Bahia tem campus em Juazeiro, Senhor do Bonfim e Paulo Afonso – a reitoria fica em Petrolina (PE). A Unilab não respondeu. Já o reitor da Univasf, Julianeli Tolentino de Lima, estava em viagem.

topo ↕

BLOG DO LUÍS NASSIF - BLOG

A destruição da ciência brasileira na era Bolsonaro

É importante que a sociedade entenda uma universidade pública funciona com diversas fontes de recursos. Não é só o Ministério da Educação – MEC, que financia a universidade.

As Universidades Federais do Brasil estão funcionando “com a ajuda de aparelhos” nesse momento. Os cortes no custeio ameaçarão a existência física das já precárias estruturas dessas instituições. Estamos falando de cortes no custeio que dão o mínimo de funcionalidade a edifícios repletos de vazamentos, instalações elétricas obsoletas, e todos aqueles defeitos, com os quais nos acostumamos a conviver. Apesar disso, fazemos ciência e produzimos conhecimento em quantidade e qualidade jamais

experimentados por este País.

É importante que a sociedade entenda uma universidade pública funciona com diversas fontes de recursos. Não é só o Ministério da Educação – MEC, que financia a universidade. O Ministério da Saúde repassa recursos aos muitos hospitais universitários, a Petrobrás mantém vários centros de pesquisa incubados nas Universidades, e claro, o Ministério da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicações – MCTIC e as fundações estaduais (FAPs) financiam milhares de projetos de pesquisa nas Universidades. Na verdade, são esses financiamentos “externos” que compram equipamentos caros, reagentes químicos, livros para bibliotecas e até veículos para o transporte de equipes de trabalho. A lógica é simples, as agências de fomento federais e estaduais financiam a pesquisa contando com a contrapartida das Universidades em dar as mínimas condições de trabalho como água, luz, internet, segurança e banheiros limpos. Qual Reitor pode garantir isso, agora? No futuro próximo? Qual investidor colocaria dinheiro para financiar pesquisas em Universidades que mal conseguem manter seu funcionamento básico?

O estrangulamento financeiro do CNPq e sua possível fusão com a subfinanciada **Capes**, principais órgãos federais de fomento à pesquisa no Brasil, somam-se aos elementos que antecedem a paralisia completa das Universidades. Sem acesso aos financiamentos, a pesquisa para, a formação de pós-graduandos é reduzida e a produtividade das universidades é afetada drasticamente. Observo o laboratório que divido com um colega aqui na UFPE e todos os equipamentos que permitem nossa pesquisa foram adquiridos com recursos “externos” como CNPq, FAPs ou instituições estrangeiras, inclusive. O carro que movimentava as equipes de campo, foi comprado e é mantido com recursos de projetos. Nossa pesquisa em ecologia é até barata se comparada com outras, mas sem esse recurso, paramos. A atmosfera das universidades está repleta de incertezas, os estudantes desestimulados e os pesquisadores ansiosos.

A construção de um sistema sólido de pós-graduação e órgãos de fomento à pesquisa só foi possível porque acadêmicos e servidores desses órgãos atuaram em conjunto por décadas. São um exemplo de solidez institucional, para usar uma expressão da moda. A **Capes** e o CNPq sempre contaram com a contribuição crucial e gratuita dos pesquisadores brasileiros para pensar, planejar, executar, avaliar e corrigir todos os projetos que impulsionaram a ciência brasileira. Quando o governo federal apresenta projetos para as Universidades como o Future-se, cheio de promessas de modernização, mas sem a participação da comunidade acadêmica, está impondo um projeto sem a legitimidade necessária. Quando somado a isso, suspende editais do CNPq, ataca as instituições de pesquisa e retira orçamento do MEC, está comunicando que o futuro não contempla as vozes da comunidade universitária. O conhecimento popular aqui no Nordeste nomeia essa atitude de afagar com a mesma mão que apedreja como: “morde e assopra”. Não é digna de confiança. Contra esse ataque autocrático, só nos resta a resistência, a desobediência e a insurreição.

topo ↕

DOURADOS NEWS - TEMPO REAL

Kit único pode identificar patógenos causadores de infecções

A disponibilização para laboratórios privados e hospitais públicos de um ‘kit’ único para identificação rápida de patógenos de relevância médica, como vírus, bactérias e fungos, poderá se tornar realidade já em 2021, facilitando identificar as causas de uma infecção.

A estimativa é da pesquisadora Rosane Silva, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que desenvolve o projeto.

Atualmente, para identificar o que provoca uma infecção, os 'kits' disponíveis no mercado são específicos para somente um microrganismo alvo.

Com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Rosane Silva disse na semana passada à Agência Brasil que a ideia é que o 'kit' que vem sendo testado em equipamentos de última geração possa ser usado também em outras plataformas de baixo custo.

"A ideia é tornar acessível para que qualquer laboratório possa utilizar o 'kit', entre os quais laboratórios de hospitais públicos.

A gente quer que seja o mais abrangente possível e aplicado em equipamentos de custo mais baixo".

Rosane pretende também fazer parcerias para oferecer serviços e treinamento de pessoal de hospitais públicos para melhor utilização dos 'kits'.

Calculou que o custo desse teste pode evoluir de R\$ 300 a até R\$ 4 mil, dependendo do equipamento utilizado. "Vai depender muito do quanto a gente pode adequar o equipamento para diferentes plataformas", explicou.

Casos especiais

Rosane esclareceu que esse 'kit' não é indicado para uso rotineiro, mas para casos especiais, como descobrir o que provoca uma infecção em pacientes com septicemia, contaminação alimentar e infecções em próteses ortopédicas de difícil tratamento.

Pode fazer ainda o monitoramento ambiental em solos e águas que estejam contaminados por bactérias resistentes a antibióticos, além de detectar infecções no tecido cardíaco, como endocardites, e em pacientes pediátricos, incluindo neonatos e prematuros.

O 'kit' identifica a conduta terapêutica que deve ser adotada.

O resultado do 'kit' sai entre 48 horas e 72 horas, mas a pesquisadora pretende que ele seja dado o mais rápido possível.

"Em menos de cinco dias". A pesquisadora espera validar todos os testes em até 24 meses.

Ela está adaptando o sistema para que possa ser usado por laboratórios mais distantes ou remotos e que não tenham muitos recursos.

A fase atual de testes é a mais difícil, avaliou Rosane Silva, porque envolve amostras clínicas que necessitam da autorização prévia dos pacientes. De acordo com a pesquisadora, o 'kit' pode ser direcionado também para uma assinatura genômica dos

ácidos nucleicos.

A detecção simultânea de microrganismos associados à saúde humana reduz as internações e, em consequência, diminui os custos hospitalares e a mortalidade.

"Se você tem o mais breve possível a identificação do patógeno, isso permite ter o medicamento adequado para aquele tipo de patógeno.

O paciente vai se recuperar mais rápido, com menos custos de internação".

Ao mesmo tempo, reduz a mortalidade porque o paciente usufrui dessa informação para ter o medicamento correto, em vez de ser submetido a testes de diferentes drogas que acabam depauperando a pessoa.

O financiamento da Faperj para realização do projeto alcançou R\$ 690 mil e o da Capes, R\$ 100 mil. A Universidade do Texas é parceira intelectual do projeto.

Os resultados alcançados até agora geraram três artigos sobre o tema na revista científica PLOS One, e nos jornais 'Microbiologyopen' e Gene. (Alana Gandra)

topo ↕

MSN - TEMPO REAL

Brasil apresenta melhora no impacto científico, mas segue abaixo da média

Em 2016, o Brasil atingiu sua melhor marca de impacto da pesquisa científica dentro de um período de 30 anos, com a pontuação de 0,92. Nesta segunda (20), o Ministério da Educação (MEC) divulgou que o país chegou pertinho da sua melhor marca, alcançando 0,89. Em relação à própria pontuação, o Brasil representa um avanço. No entanto, comparado com os outros países, ainda se encontra bem abaixo da expectativa, já que a média mundial é 1 ponto. Os dados são de uma base de dados administrada pela organização Clarivate Analytics chamada Web of Science.

A Web of Science é responsável por trazer informações em torno da relevância das pesquisas produzidas. Segundo o site da instituição, a plataforma "segue um rigoroso processo de avaliação, você pode ter certeza de que apenas as informações mais influentes, relevantes e credíveis serão incluídas, permitindo que você descubra a sua próxima grande ideia mais rapidamente".

Ao longo de 30 anos, nosso país não chegou a atingir a média mundial. No entanto, tudo aponta que o Brasil está avançando a passos delicados. Aumentar o nível de impacto científico é, inclusive, uma das maiores metas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao MEC. Essa é uma das razões por trás de iniciativas do MEC como o Future-se, programa destinado a aumentar a autonomia financeira de universidades e institutos.

O MEC aponta que o país atingiu o resultado atual em um momento em que se faz necessário contingenciar recursos das mais diversas pastas do governo federal, e que a gestão tem sido feita de forma a priorizar partes do orçamento e o que de fato funciona. "A expectativa é que o índice aumente, pois temos políticas voltadas para o que de fato tem impacto científico", afirma o ministro da Educação, Abraham Weintraub. Por sua vez, o presidente da Capes, **Anderson Correia**, observa: "O resultado indica que as políticas implementadas pela Capes no sentido de promover melhorias na avaliação e

na racionalização do financiamento estão surtindo resultado”.

Contudo, é preciso lembrar que o Brasil está à beira de sofrer um dos maiores golpes já dados contra a ciência em nosso país, pois mais de 80 mil bolsas do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) estão em vias de serem suspensas por falta de verbas. O órgão anunciou na semana passada que, a partir de setembro, não terá mais dinheiro para pagar os bolsistas, e a medida ocorre por conta da recusa do governo brasileiro de liberar os R\$ 330 milhões que foram congelados em março pelo orçamento geral. Então, basicamente, o dinheiro do CNPq acabou e, caso a verba não seja mesmo liberada nas próximas semanas, o órgão poderá manter a agenda de pagamentos dos pesquisadores até o fim do ano, apenas. Até o momento, não há movimentação alguma indicando que essa liberação da verba congelada vá acontecer.

topo ↕

YAHOO! NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Brasil apresenta melhora no impacto científico, mas segue abaixo da média

Em 2016, o Brasil atingiu sua melhor marca de impacto da pesquisa científica dentro de um período de 30 anos, com a pontuação de 0,92. Nesta segunda (20), o Ministério da Educação (MEC) divulgou que o país chegou pertinho da sua melhor marca, alcançando 0,89. Em relação à própria pontuação, o Brasil representa um avanço. No entanto, comparado com os outros países, ainda se encontra bem abaixo da expectativa, já que a média mundial é 1 ponto. Os dados são de uma base de dados administrada pela organização Clarivate Analytics chamada Web of Science.

A Web of Science é responsável por trazer informações em torno da relevância das pesquisas produzidas. Segundo o site da instituição, a plataforma “segue um rigoroso processo de avaliação, você pode ter certeza de que apenas as informações mais influentes, relevantes e credíveis serão incluídas, permitindo que você descubra a sua próxima grande ideia mais rapidamente”.

Ao longo de 30 anos, nosso país não chegou a atingir a média mundial. No entanto, tudo aponta que o Brasil está avançando a passos delicados. Aumentar o nível de impacto científico é, inclusive, uma das maiores metas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao MEC. Essa é uma das razões por trás de iniciativas do MEC como o Future-se, programa destinado a aumentar a autonomia financeira de universidades e institutos.

O MEC aponta que o país atingiu o resultado atual em um momento em que se faz necessário contingenciar recursos das mais diversas pastas do governo federal, e que a gestão tem sido feita de forma a priorizar partes do orçamento e o que de fato funciona. “A expectativa é que o índice aumente, pois temos políticas voltadas para o que de fato tem impacto científico”, afirma o ministro da Educação, Abraham Weintraub. Por sua vez, o presidente da **Capes, Anderson Correia**, observa: “O resultado indica que as políticas implementadas pela **Capes** no sentido de promover melhorias na avaliação e na racionalização do financiamento estão surtindo resultado”.

Contudo, é preciso lembrar que o Brasil está à beira de sofrer um dos maiores golpes já dados contra a ciência em nosso país, pois mais de 80 mil bolsas do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) estão em vias de serem suspensas por falta de verbas. O órgão anunciou na semana passada que, a partir de setembro, não terá mais dinheiro para pagar os bolsistas, e a medida ocorre por conta da

recusa do governo brasileiro de liberar os R\$ 330 milhões que foram congelados em março pelo orçamento geral. Então, basicamente, o dinheiro do CNPq acabou e, caso a verba não seja mesmo liberada nas próximas semanas, o órgão poderá manter a agenda de pagamentos dos pesquisadores até o fim do ano, apenas. Até o momento, não há movimentação alguma indicando que essa liberação da verba congelada vá acontecer.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Divisão de recursos com estados e municípios pode distribuir R\$ 500 bi Novo pacto federativo ganhou apoio do Ministro da Economia, Paulo Guedes, que defende descentralização de receitas

São Paulo — O ministro da Economia, Paulo Guedes, prometeu injetar cerca de R\$ 500 bilhões em Estados e municípios ao longo de 15 anos com medidas para descentralizar recursos que hoje ficam nas mãos da União. A sinalização foi feita em reunião com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e lideranças da Casa para discutir um novo pacto federativo.

Nas últimas semanas, senadores vinham cobrando apoio da equipe econômica a pautas que significam mais receitas para os governos regionais em troca da aprovação da reforma da Previdência. O pacote inclui distribuição de dinheiro relacionado à exploração de petróleo e incremento no Fundeb, que financia a educação básica.

A descentralização de recursos para Estados e municípios vinha sendo prometida por Guedes desde a campanha eleitoral. Mas a medida preocupa uma ala da área econômica, que vê na “enxurrada” de dinheiro um incentivo para que governadores e prefeitos deixem o ajuste fiscal de lado.

Até agora, eles continuam fora do alcance da reforma da Previdência, embora os gastos com aposentados e pensionistas sejam o principal problema nas contas estaduais.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, disse que o governo vai estabelecer condicionalidades para evitar que os Estados usem o dinheiro novo para aumentos salariais, a exemplo do que ocorreu no passado.

“Entendemos que há maturidade na discussão do Executivo com Legislativo, Judiciário, TCU e Tribunais de Contas. Isso permite que a gente saia para um novo patamar de federalismo fiscal”, disse, em entrevista convocada de última hora, após pontos do pacto serem divulgados pelos próprios senadores. O secretário afirmou ver nova oportunidade para a inclusão de Estados e municípios na reforma da Previdência.

O governo quer emplacar no mesmo pacote a proposta para desvincular recursos do Orçamento, que hoje tem 96% das despesas engessadas.

Estão na mira principalmente 261 fundos do governo federal que acabam mantendo dinheiro que não pode ser utilizado em outra área, mesmo em caso de necessidade. Um exemplo são fundos da área de segurança, que têm recursos parados à espera da liberação de projetos, enquanto outras áreas agonizam.

O governo também pretende desindexar gastos corrigidos automaticamente (pela inflação, por exemplo) e promover a “desobrigação” em relação a algumas despesas. Esses pontos, porém, não foram detalhados.

CLIPPING



As iniciativas do pacto proposto por Guedes incluem o chamado Plano de Fortalecimento Federativo (PFF), que vai repartir com os governos regionais receitas de royalties e participações de petróleo que hoje são da União. Já em 2020, 30% desses recursos (o equivalente a R\$ 6 bilhões) serão repassados a Estados e municípios.

